PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

FACULDADE BOAS NOVAS – FBN

MANAUS- AM

2018

FACULDADE BOAS NOVAS - FBN

Mantenedor
Instituto Bíblico da Assembléia de Deus no Amazonas - IBADAM

Presidência
Pr. Jonatas Câmara

Direção Geral
Profa. Dra. Maria José Costa Lima

Direção Executiva
Pr. Edivaldo Lima

Direção Acadêmica/Procuradoria Institucional
Prof. Dr. Daniel Barros Lima

CPA – Comissão Própria de Avaliação
Prof. Me. Francisco Lúcio Pinto

Coordenação de Curso
Prof. Me. Fanuel Santos de Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

DADOS INSTITUCIONAIS 7

I - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA 8

1.1 Justificativa de Oferta do Curso 8

1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 13

1.2.1. Políticas de Ensino 13

1.2.2 Políticas para o Ensino de Graduação 16

1.2.3 Políticas para Ensino de Pós-graduação 19

1.2.4 Políticas para a Pesquisa e Iniciação Científica 21

1.2.5 Políticas para a Extensão 22

1.2.6 Políticas de Responsabilidade Social e Educação Inclusiva 25

1.3 Objetivos Gerais do Curso 26

1.3.1 Objetivo Geral 26

1.3.2 Objetivos Específicos 26

1.4 O Perfil do Egresso 27

1.5 Estrutura Curricular 29

1.5.1 Matriz Curricular 29

1.5.2 Quadro Resumo 32

1.5.3 Quadro de Disciplinas Optativas e Eletivas 32

1.6 Conteúdos Curriculares 33

1.6.1 Ementas e Bibliografias 34

1º SEMESTRE 34

2º SEMESTRE 38

3º SEMESTRE 44

4º SEMESTRE 49

5º SEMESTRE 54

6º SEMESTRE 58

7º SEMESTRE 62

8º SEMESTRE 65

9º SEMESTRE 70

10º SEMESTRE 75

1.7 Componentes Curriculares Optativos 81

1.8 Metodologia 88

1.9 Estágio Supervisionado 90

2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 90

3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 92

4 Avaliação da Aprendizagem 93

5 APOIO AO DISCENTE 94

6 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 95

6.1 Gestão do Curso 95

6.2 Processos de Avaliação Interna e Externa do Curso 95

6.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA 96

6.7 Tecnologias da Informação e Comunicação no Processo de Ensino- Aprendizagem 97

II- CORPO DOCENTE 99

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE 99

2.2 Regime de trabalho do coordenador de curso 100

2.4 Corpo docente: titulação 100

2.5. Regime de Trabalho do Corpo Docente 101

2.6. Experiência do Professor: exercício profissional e docência superior 101

2.8 Atuação do colegiado de Curso 104

III-INFRAESTRUTURA 105

3.1 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral 105

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador 105

3.3 Sala coletiva de professores 106

3.4 salas de aula 106

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 106

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) 106

3.6 Laboratórios didáticos 107

3.9 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais 107

ANEXO 1- Regulamento de Estágio 108

ANEXO 2- Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 119

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas – FBN, constitui- se em um documento concebido por um grupo de docentes que inicialmente compuseram o primeiro Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso com a finalidade de apresentar uma proposta didático-pedagógica para um curso de direito que pudessem se apresentar como um diferencial na formação jurídica na cidade de Manaus e em diálogo permanente com os valores da instituição.

Este documento é um instrumento de reflexão baseado nas Diretrizes Curriculares constantes na Resolução n. 9 do Conselho Nacional de Educação–CNE/CES de 9 de setembro de 2004, que tem como pretensão definir planos de ação direcionados para a vida acadêmica em toda sua plenitude.

Neste sentido este Projeto Pedagógico de Curso- PPC reflete a organização do curso, viabilizando o trabalho de formação educacional e profissional, a partir de uma organização didático-pedagógico do funcionamento global do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física,bem como as possibilidades de uma prática educacional articulada entre os componentes curriculares, a iniciação a pesquisa e a extensão através de um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar.

Este Projeto Pedagógico tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI para o período de 2015-2019 e estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação do profissional do direito e tem por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitária, observando a questão da qualidade do ensino, nas suas dimensões política, social, técnica e ética, como também, o processo educativo voltado para a formação do estudante com competência técnico-científica e compromisso social.

Para a perfeita integração dos cursos ofertados pela Faculdade Boas Novas- FBN, buscou-se uma perfeita e plena articulação entre o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos
- PPCs, de maneira que um forneça subsídios ao outro, e que todos eles se completem de modo a permitir que a missão e os valores da Faculdade Boas Novas- FBN fundamentem o crescimento da instituição.

É importante destacar que o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs da Faculdade Boas Novas são documentos institucionais que se constituem em resultados de um trabalho

contínuo e participativo que envolveu todos os segmentos da estrutura organizacional da faculdade, orientado pelas diretrizes educacionais vigentes.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito segue as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Boas Novas-FBN, com base no Parecer CES/CNE nº 91/2004, no que concerne ao plano de metas e ações da instituição que preconiza a construção de projetos pedagógicos compromissados com as bases conceituais, sua missão, seus objetivos e seus princípios norteadores.

Assim sendo, este projeto tomando como base a vocação institucional e o perfil do estudante que pretende formar, bem como a dinâmica do mercado de trabalho e as atuais mudanças socioculturais, almeja ser um diferencial na formação jurídica da cidade de Manaus, contribuindo com o aprimoramento da ciência do Direito, mantendo entre suas prioridades a defesa da democracia, a valorização dos direitos humanos e o exercício da cidadania.

DADOS INSTITUCIONAIS

Mantenedor: Instituto Bíblico das Assembleia de Deus no Amazonas. Código. 17466

CNPJ.04.0006.474/0001

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos- Fundação

Endereço: Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 1655, Japiim – Manaus-Amazonas – 69077-000

Representante Legal: Maria José Costa Lima

Mantida: Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas– Código: 3397

Endereço: Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 1655, Japiim – Manaus-Amazonas – 69077-000

Categoria Administrativa: Privada Sem fins lucrativos

Organização Acadêmica: Faculdade

Ato Regulatório: Portaria de Recredenciamento N° 267, publicada no Diário Oficial da União em 4 de abril de 2017

Procuradora Institucional Educacional: Daniel Barros de Lima

Site: www.fbnovas.edu.br

Curso: **Direito Grau**: Bacharel

Ato de Criação: Portaria CA-FBN 001/2017

Número de Vagas Solicitadas: 200 (duzentos)

Tempo de Integralização: 5 anos (tempo mínimo) e 8 anos (tempo máximo)

Turnos: Vespertino e Noturno

I - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

1.1 Justificativa de Oferta do Curso

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, de acordo com site *www.**encontraamazonas**.com.br* apresenta a população de 2.094.391 habitantes (conforme estimativa do IBGE em 2016), o que a coloca na posição de sétima cidade mais populosa brasileira, após São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília Fortaleza e Belo Horizonte. Com o início da industrialização na cidade, após a instalação do Polo Industrial de Manaus em 1967, o crescimento demográfico e populacional aumentou significativamente, tanto na cidade quanto em regiões e até outras cidades próximas. Manaus é um dos maiores centros industriais do Brasil. As mais importantes indústrias da cidade atuam na área de transportes e comunicações.

A energia proveniente do gás natural da região possibilita a algumas áreas o crescimento no setor industrial, visando a exportação. Grande parte das indústrias está localizada próxima à fonte de matérias-primas, como a extração de minerais e madeiras, com pequeno beneficiamento dos produtos. Na atualidade, Manaus é ao menos três vezes mais rica do que há três décadas, representando mais da metade da economia do estado do Amazonas. A maior parte das fábricas e indústrias beneficiadas pelos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus estão localizadas no Distrito Industrial, na zona sul da cidade.

Hoje Manaus conta com 11 faculdades com o Curso de Direito, incluindo a pública federal e a pública estadual. Todavia, apenas dois cursos de Direito se apresentam entre as 100 melhores no Brasil, de acordo com o Ranking RUF 2017 divulgado pela https://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-cursos/direito/. Importa destacar que as ofertas disponibilizadas pelas universidades públicas são poucas em face da dimensão do Estado, de seus desafios e demandas, quase sempre gravadas pela distância geográfica em relação aos outros Estados da federação, além das necessidades do mercado que vem exigindo profissionais na área jurídica qualificados para enfrentar os desafios de uma sociedade plural. Esses são os motivos pelos quais a Faculdade Boas Novas/FBN entendeu a necessidade social de ampliar mais um curso de Direito na cidade de Manaus. Pretende inserir o curso no centro dos debates políticos, democráticos e sociais com vistas a atender às demandas sociais, econômicas, técnico-jurídicas. Para além disso, a proposta e diferencial deste curso traz um viés com bases judaico-cristãs, que embora exerçam influência direta nas questões

da filosofia, moral e ética do profissional, tem sido esquecida pelas ofertas de cursos disponíveis no mercado nessa área.

Ressalte-se, por oportuno, que a filosofia grega e judaico-cristã influenciou o direito romano, criando novos parâmetros para os documentos jurídicos e instituições de direito atuais, bem como para as Instituições de Ensino Jurídico.

Noutro dizer, faz-se necessário o aprendizado dos ensinamentos idealizados e apregoados pelo cristianismo e a influência exercida em suas multiformes fases, as quais sobretudo, trazem exemplos da vida em sociedade e os principais institutos jurídicos de que se tem ciência, assim como seus reflexos no Direito e na Justiça.

Esclareça-se por importante, que há 13 anos a FBN coloca profissionais no mercado e mantém uma excelente colocação no Ranking das Universidades do Brasil (RUF), estando entre as 5 melhores Instituições de Ensino Superior do Amazonas. Oferece 4 cursos aprovados pelo MEC, quais sejam: Ciências Teológicas; Administração; Jornalismo e Pedagogia. Oferece, ainda, cursos de Pós-Graduação *Latu Senso,* MBA's, além do Núcleo de Educação à Distância/NEAD em processo de credenciamento. Dando prosseguimento a sua missão, a FBN vem oferecer a cidade de Manaus o Curso de Direito, motivada pelo desejo de se adequar às atuais e céleres transformações sociais, ao desenvolvimento tecnológico e às condições do mercado.

A construção coletiva do projeto se pautou nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução nº 09/2004. O curso foi pensado de forma interdisciplinar por proporcionar um conhecimento mais especializado e de forma multidisciplinar por resultar em conhecimentos mais ecléticos.

Nessa perspectiva, o curso está concebido no sentido de articular teoria e prática em todos os seus componentes curriculares, desde o primeiro período, mediante uma prática de ensino que trate pedagogicamente a análise de documentos e situações problemas, estudos de caso, jurisprudências, visitas planejadas, júri simulado, peças processuais, tendo como base os estudos teóricos realizados no âmbito dos componentes curriculares. Para a efetivação dessas concepções pedagógicas serão utilizadas as metodologias ativas, cujo objetivo principal é incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver a capacidade de absorção de conteúdo de maneira autônoma e participativa a partir de casos concretos.

A proposta apresentada na matriz curricular é o resultado de uma construção coletiva entre os professores que comporão o Núcleo Docente do Curso, após sua autorização. Dessa forma, o presente projeto pretende modificar uma realidade, acrescentar valores que aliado às práticas educativas evitam o tecnicismo exagerado, firmado numa visão democrática, onde

o ser humano e o seu bem-estar seja a principal preocupação do profissional formado por essa Instituição.

Importa mencionar, ainda, que a proposta ao primar pela qualidade do ensino jurídico no Estado do Amazonas estabelece a interface com outras ciências possibilita visão globalizada, pensamento e raciocínio crítico, com forte acento na produção e na socialização do conhecimento jurídico, através de um processo que articule ensino, pesquisa e extensão. Nessa esteira, o Curso de Direito é um instrumento de benefício social que abarca conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como articula novas competências e saberes necessário a novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito.

Vale ressaltar que a mantenedora da FBN é a Fundação Boas Novas, que abarca a centenária Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas/IEADAM, que teve seu primeiro instituto educacional fundado em 1979, o Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas/IBADAM. A IEADAM ao longo de sua trajetória vem agregando valores desde a educação básica por meio do Instituto de Educação Boas Nova/IEBN à educação superior pela Faculdade Boas Novas.

A FBN em face desse desafio, é impulsionada também pelos relatórios apresentados pela mantenedora. Atualmente a IEADAM soma cerca de 300 (trezentas) mil adeptos só na cidade de Manaus, sendo em sua maioria pessoas de classe média, o que torna um dos campos de estágio dos nossos estudantes. Nesse sentido, além da prática pedagógica, o espaço para o estágio e prática jurídica se dará por meio dos serviços de assistência judiciária implantados na instituição por meio do Núcleo de Prática Jurídicas/NPJ. Aliado, ainda, ao NPJ será implantado a Central de Conciliação onde serão desenvolvidas as práticas de negociação, mediação e suas modalidades, conciliação, arbitragem e práticas de tutela coletiva, para essa efetivação a FBN pretende formalizar convênios com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e Procuradoria Geral do Estado e do Município. A IEADAM por meio de suas sedes eclesiásticas oferece à FBN estrutura predial para que os núcleos se expandam nas quatro zonas da cidade de Manaus e até mesmo no Interior do Estado do Amazonas.

Há de considerar também a demanda oriunda de cerca de 3.000 líderes da administração eclesiástica ansiosos e sedentos por conhecimento na área jurídica, que por meio deste Curso de Direito, melhor atenderão os adeptos da fé e a comunidade em geral. Dessa forma, acredita-se que a FBN inova quando entende que entre os seus futuros e futuras estudantes contarão com líderes que já lidam com a necessidade da população e que dessa forma atenderão profissionalmente as exigências das transformações sociais.

O perfil e estrutura do curso estão balizados na missão da Faculdade Boas Novas, que visa formar profissionais capazes de realizar transformações sociais, empreendedores éticos, críticos, conscientes, comprometidos com a formação e o aprendizado contínuo com vistas aos futuros programas de pós-graduação do Curso de Direito. Atualmente a FBN, por meio de pós-graduação na modalidade DINTER com a Escola Superior de Teologia, está formando 14 doutores para atuarem no seio dos seus cursos. Dessa forma, a FBN contribui para diminuir as desigualdades regionais ao inserir a Amazônia num mundo globalizado, diminuindo a distância geográfica. Parte, portanto, do princípio de que a educação é um processo permanente e que a graduação é apenas uma etapa desse processo é que o Curso de Direito da FBN marcará uma sólida formação geral, humanística e elege a moral e a ética cristã como o eixo balizador de suas práticas.

Justamente por isso a FBN, buscando mais uma vez evoluir na sistemática dos cursos na cidade de Manaus, apresenta uma matriz com 63 (sessenta e três) componentes curriculares (disciplinas), distribuídos de acordo com os seus 10 núcleos temáticos.

Nesse ponto, convém registrar que os núcleos temáticos serão criados para melhor didática do curso. Um professor ficará responsável por cada núcleo com vistas a promover ações educativas e iniciativas acadêmicas ligadas à área jurídica e conhecimentos afins, tais como: debates, seminários, oficinas, discussões, eventos, atividades complementares, esclarecimento de dúvidas, criação de grupos de estudo, e outras eventuais que, porventura, se mostrem aptas ao melhor desenvolvimento do curso, capacitação e amadurecimento do estudante, mediante aprovação justificada e apresentação de projetos à Coordenação do Curso. Dessa forma, os núcleos temáticos ficarão assim dispostos:

Núcleo I – Direito Penal e Processo Penal

Direito Penal I Direito Penal II Direito Penal III Direito Penal IV

Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Medicina Forense (optativa)

Núcleo II – Direito Civil

Direito Civil I Direito Civil II Direito Civil III Direito Civil IV

Direito Civil V

Direito Civil VI Direito Civil VII Direito Empresarial

Direito Internacional Privado

Núcleo III – Direito e Processo Tributário

Direito Tributário

Direito Processual Tributário Direito Financeiro

Núcleo IV – Direito Político e Econômico

Economia Geral e da Amazônia Direito Eleitoral

Direito e logospirataria na Amazônia: desafios à proteção jurídica do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais na região (optativa)

Núcleo V – Direito Processual Civil

Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito Processual Civil IV

Núcleo VI – Direitos Humanos, da Cidadania e Sociais

Direito do Trabalho I Direito do Trabalho II

Direito Processual do Trabalho Direito Previdenciário

Direito à Cidade Direito Agrário

Direito Ambiental e da Amazônia

Direitos Humanos Propriedade Intelectual

Direito da criança e do adolescente (optativa)

Núcleo VII – Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito

Antropologia Jurídica Ética Geral e Profissional Filosofia Geral e Jurídica História do Direito

Redação e Linguagem jurídica

Metodologia do Estudo e da Pesquisa em Direito Psicologia Jurídica
Sociologia Jurídica Lógica jurídica
Retórica e argumentação jurídica (optativa) Introdução ao Estudo do Direito
Bioética (optativa)

Núcleo VIII - Teoria do Estado e da Constituição

Ciência Política Direito Administrativo I
Direito Administrativo II Direito Constitucional I Direito Constitucional II Direito Internacional Público I

Tutela de dos Direitos e Difusos, Coletivos, Individuais e Homogêneos Tecnologia da Informação e Comunicação
Soluções Alternativas de Conflito

Núcleo IX – Cristianismo, Direito e Justiça

Introdução ao Cristianismo e à Cosmovisão Reformada (optativa) Cristianismo, Direito e Justiça (optativa)
Filosofia da Religião (optativa) es

Núcleo X - Prática Jurídica Prática Simulada I (Cível) Prática Simulada II (trabalhista)
Prática Simulada III (tributário, administrativo) Prática Simulada IV (penal)
Prática de Assistência Jurídica I Prática de Assistência Jurídica II Prática de Assistência Jurídica III

1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

1.2.1. líticas de Ensino

As políticas de ensino da Faculdade Boas Novas-FBN têm os seguintes pressupostos

- Formação profissional voltada a contribuir para o atendimento a demandas da comunidade, em geral, e ao desenvolvimento do mundo do trabalho, em particular, gerando condições para que os estudantes superem as exigências da empregabilidade;
- Sensibilizar os estudantes para a compreensão dos contextos econômico, social, político, ambiental e cultural da sociedade amazonense, brasileira e mundial, na perspectiva da cidadania planetária;
- Estímulo ao empreendedorismo baseado nos valores da ética e nos princípios da cidadania.

Na FBN, as políticas de ensino, também, incentivam o compromisso ético como expressão relevante dos valores da vida humana presentes nas relações sociais e no acesso à produção e à cultura na sociedade e, ainda, na sustentabilidade do meio ambiente, assegurando a continuidade de diversas formas de vida. Isto se faz por meio de um processo ensino-aprendizagem que dinamiza os projetos pedagógicos, considerando o acompanhamento das transformações econômicas, sociais e culturais e a aplicação de novas tecnologias como recursos para promover o desenvolvimento das organizações e da qualidade de vida da sociedade.

Nessa perspectiva considerando a formação de um estudante que seja cidadão do mundo, as atividades de ensino na FBN são perpassadas pelos seguintes princípios norteadores:

a) "**Aprender a conhecer**": caracterizado pela busca do domínio dos instrumentos do conhecimento, com a finalidade precípua de descobrir, compreender e fazer ciência;

b) "**Aprender a fazer":** entendendo-se que, embora indissociável do "aprender a conhecer", o "aprender a fazer" refere-se diretamente à formação profissional, na medida em que trata de orientar o estudante a pôr em prática os seus conhecimentos, adaptando a educação à configuração do trabalho na sociedade atual;

c) **"Aprender a viver juntos":** constitui-se em um grande desafio para a Educação, tendo em vista que trata de ajudar os estudantes no processo de aprendizagem para a participação, a cooperação e, sobretudo, a busca coletiva de soluções para os problemas contemporâneos;

d) **"Aprender a ser":** integrando as três aprendizagens anteriores e caracterizando- se pela elaboração de pensamentos autônomos e críticos que contribuam para a formulação

própria de juízos de valor, forma, assim, um cidadão e profissional decidido e preparado para agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Desta maneira considerando os quatro pilares acima expostos, o Curso de Direito da Faculdade Boas Novas-FBN objetivando garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o cumprimento da missão da instituição, adota em sua construção os seguintes direcionamentos:

a) Construção do currículo com base nas diretrizes curriculares para a educação nacional, especificamente para o Sistema Federal de Ensino, adequado, porém, às características sociais, econômicas e culturais locais e da região norte e mais especificamente do Amazonas;

b) Organização do currículo na perspectiva da formação integral humana, com conteúdo que contribua para o atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade local e da região amazônica;

c) Promoção da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e da flexibilidade na implementação dos currículos, adotando-se estratégias para a aplicação de metodologias ativas, diversificadas e inovadoras, voltadas ao desenvolvimento da formação profissional de excelência, buscando-se apoio, também, em tecnologias de informação e comunicação apropriadas ao processo ensino-aprendizagem;

d) Incentivo à articulação entre a teoria e a prática, entre ensino, investigação e extensão, essencial para a produção e socialização de conhecimento aplicado às transformações sociais e à investigação científica e como meio para estimular a educação continuada;

e) Desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes essenciais às relações de trabalho, tanto na produtividade quanto no viver com qualidade no meio social;

f) Estimulo à criatividade e ao desenvolvimento do espírito científico, empreendedor e do pensamento reflexivo;

g) Adoção de mecanismos de avaliação permanente do projeto do curso e do processo de ensino-aprendizagem, que servem de diagnóstico para o seu aperfeiçoamento, bem como das condições de oferta dos cursos;

h) Estímulo ao desenvolvimento de estágios, de Trabalhos de Conclusão de Curso, de oficinas, de aulas de campo, de monitoria e participação em atividades acadêmicas, científicas e culturais diversas;

i) Capacitação permanente das pessoas;

j) Expansão e atualização do acervo bibliográfico;

k) Expansão e manutenção adequada da infraestrutura física;

l) Estímulo à participação efetiva do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso na atualização e no acompanhamento da implementação do projeto pedagógico do curso-PPC;

m) oferta das disciplinas semipresenciais previstas no PPC dos cursos e de cursos de extensão;

n) Estímulo a qualificação docente em programas de mestrado e doutorado;

o) Estímulo a produção científica e a participação em eventos.

1.2.2 Políticas para o Ensino de Graduação

As políticas para o Ensino de Graduação da Faculdade Boas Novas são pautadas na premissa de que o “conhecimento traz a liberdade”, por isso então que no interior da FBN, o ensino deve possibilitar ao estudante:

a) O desenvolvimento de suas competências e habilidades pessoais e profissionais;

b) A busca pela autonomia e protagonismo na construção do seu próprio conhecimento;

c) A preparação voltada a contribuir para o atendimento às complexas e dinâmicas exigências do mundo do trabalho;

d) Uma formação técnica, científica e mais humana do ponto de vista social. Isso se dá a partir de um processo formativo-educativo inovador, visando a uma formação humana, tecnológica e científica com foco no estudante e por meio de aprendizagens que utilizem uma pedagogia crítico-reflexiva.

Portanto, o processo acadêmico em curso na FBN deverá estar especialmente voltado para o fortalecimento da educação centrada na autoaprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o discente diante de situações reais de (re)construção do conhecimento. Esse processo também comporta os desafios que exigem competências e habilidades desenvolvidas a partir de um modelo institucional que adota como políticas gerais para o ensino de graduação:

a) Formação Humanista em todas as Áreas de Conhecimento

O processo ensino-aprendizagem tem o docente como mediador de saberes e o estudante como responsável pela coleta, organização, transferência e aplicação do conhecimento. Esse processo coletivo de ensinar-aprender e aprender-ensinar será desenvolvido no curso de direito porque pressupõe responsabilidade coletiva e resulta em aprendizagens significativas. Tomando-se esses princípios como balizadores, a preparação profissional e do cidadão, nos processos formativos em curso na FBN, exige que, em todas as áreas, os conhecimentos específicos da área humanística perpassem o currículo de todos os cursos, conforme estabelecido nos respectivos PPCs.

b) Teoria e Prática associadas por meio da Integração Curricular

Na FBN, o ensino de graduação tem como balizadores currículos integrados, centrados no estudante, propondo uma prática profissional diferenciada sintonizada com o mundo do trabalho, com as necessidades sociais e com a proposição de um sistema de avaliação abrangente, cujos indicadores apontam para uma nova visão de excelência acadêmica, preconizada nos documentos institucionais.

Com uma formação integradora, a FBN busca criar oportunidades para um maior envolvimento dos estudantes com os componentes curriculares, visto que os projetos pedagógicos dos cursos orientam para o equilíbrio entre os campos teórico (conhecimentos) e da prática (as habilidades), sem esquecer e nem menosprezar a individualidade (as atitudes) e a subjetividade (os valores) de cada discente. Essas orientações facilitam a aprendizagem do estudante, passando a mesma a ser vista como um processo contínuo, evidenciada por conceitos significativos desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade das pessoas. A integração de currículos tanto pode ser de cursos de áreas de conhecimento afins e até mesmo de conteúdos que ultrapassam essas áreas e se tornam indispensáveis a qualquer formação profissional, como é o caso dos conteúdos de teor humanista.

c) Aprendizagem por Formação de Competências

A tradicional aprendizagem praticada a partir de repasses de informação pela informação não garante as inter-relações do indivíduo com a realidade e nem a inserção desse indivíduo no campo de trabalho. Por isso, pratica-se, na FBN, uma pedagogia em que a sala de aula funciona como mais um e não o único ambiente dialógico; em que o conteúdo é mediado para o discente como se fosse mais um problema, devendo o mesmo debruçar-se sobre ele, conhecer facetas e nuances refletir sobre e apresentar soluções para esse

problema. Essa pedagogia permite que o estudante dê significação ao conhecimento construído e à vivência de sua realidade.

A teorização do processo ensino-aprendizagem permeia o mundo da academia e possibilita uma reflexão sobre o seu desempenho e a sua contextualização, como forma de compreender os processos que envolvem o binômio docente-discente e que buscam resultados significativos, evidenciando que muitas são as formas de ensinar-aprender. Mais recentemente, entretanto, tem se fortalecido o consenso da importância de estimular e possibilitar que o discente aprenda por si próprio, oportunizando a ele meios e ambientes facilitadores que garantam a construção de novos saberes e a apropriação de experiências.

A Faculdade Boas Novas é, portanto, um ambiente multidimensional de aprendizagens, ou seja, sensibiliza o discente para que compreenda que ele é o principal responsável pela construção de novos conhecimentos e pela transformação destes em atitudes e valores. Assumindo essa postura pedagógica, a IES orienta para o ensino voltado ao desenvolvimento de competências, incentivando o discente a construir um conhecimento próprio, ou seja, a adotar um diferencial que o torne singular. Dessa forma, ele aprende não somente a ser um profissional, mas, também, a ser um cidadão integrado à realidade social em que vive. Trata-se de uma política educacional presente na ação pedagógica diária dos conteúdos dos componentes curriculares dos cursos, que favorece a formação integral do estudante.

A formação por competência se dá, entre outras maneiras, por meio de: (i) propostas interdisciplinares; (ii) prática de resolução de problemas; e (iii) sistematização de processos dialógicos (o aprender a aprender).

d) Transdisciplinaridade

Ao definir a transdisciplinaridade, em todos os níveis de ensino, como uma política interna de ensino, a FBN garante o rigor acadêmico nos seus eixos conceituais e metodológicos, promovendo, ao mesmo tempo, os valores éticos presentes na solidariedade, na cooperação, na tolerância, na abertura diante do novo, no respeito à vida e suas manifestações. Diante disso, a IES faz da transdisciplinaridade uma práxis, na medida em que se baseia na experiência e se serve dela como material a ser retrabalhado teoricamente, tanto na relação docente-discente quanto na relação entre docentes e entre discentes.

O estudante, cuja aprendizagem ocorre de forma transdisciplinar, não reduz os acontecimentos a um conjunto de padrões previamente estabelecidos. Sua prática, portanto, será conjugar reflexão e ação, devendo trabalhar as representações socialmente construídas numa perspectiva crítica e transformadora.

Na Faculdade Boas Novas- FBN as questões pertinentes a

Compromissos da Instituição para com a Sociedade e do Estudante consigo mesmo

Na Faculdade Boas Novas -FBN, o conhecimento ultrapassa a sala de aula, vai além dos espaços acadêmicos tradicionais. O processo de formação profissional e pessoal que sustenta o ensino na instituição tem como um dos seus pilares principais a construção de parcerias com os estudantes e, por meio deles, sob acompanhamento e orientação dos professores, a aproximação e articulações com as comunidades. Para essa finalidade, a FBN mantém atividades integradoras e de Extensão, com apoio e envolvimento direto de todas as lideranças acadêmicas, da coordenação dos cursos e da Coordenação de Extensão.

Por acreditar que a formação se faz não apenas para o trabalho, mas pela vivência de novas experiências, os estudantes têm a oportunidade de experimentá-las mediante a participação em projetos e outras ações , conjugando noções de responsabilidade social, cidadania, reconhecimento, valorização humana e obtendo um aprendizado que alia reflexões teóricas, conceituais e metodológicas com o agir para transformar a realidade.

Nesta mesma perspectiva de compromissos da IES com a sociedade a FBN entende que para fomentar um processo de ensino e aprendizagem eficiente se faz ainda necessário considerar as dificuldades de formação do estudante, que podem levar ao abandono e a retenção, neste sentido desenvolve práticas de acompanhamento ao estudante que vão desde a oferta de atividades de nivelamento para os iniciantes ao atendimento psicopedagógico, passando ainda pela monitoria, tutoria, grupos de estudos e aulas extras.

1.2.3 Políticas para Ensino de Pós-graduação

Neste complexo cenário das sociedades contemporâneas, a política da Faculdade Boas Novas para o ensino de pós-graduação aponta para o aperfeiçoamento e qualificação de sujeitos construtores de novos saberes e conhecimentos, com maior senso crítico, sensibilidade ética e compromisso político a partir da produção e difusão do conhecimento tecnológico e científico. Assim, a ação acadêmica da pós-graduação da FBN pressupõe experiências complexas do aprender a aprender mediante apropriação e cruzamento de saberes de diferentes áreas do conhecimento de pós-graduação.

A pós-graduação da FBN atua na busca de soluções tecnológicas e científicas para problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais dos municípios da Região Metropolitana de Manaus, de municípios e estados circunvizinhos, que sejam práticas no fazer, rápidas na eficiência e atendam à melhor relação custo/benefício possível.

No âmbito do planejamento institucional, são políticas da FBN para a pós-graduação:

a) Priorizar a oferta de cursos nas áreas dos cursos de graduação;

b) Promover a flexibilidade na oferta dos cursos;

c) Buscar soluções tecnológicas e científicas para problemas locais e regionais;

d) Incentivar a produção acadêmica, tecnológica e cultural qualificada;

e) Promover a oferta de cursos inovadores e de grande alcance social.

As atividades de ensino de pós-graduação são organizadas em programas cujo objetivo principal é desenvolver e aprofundar a necessidade específica por qualificação de profissionais de nível superior, das áreas da educação, comunicação e da administração, para que possam a atuar em diferentes contextos, num ambiente em permanente transformação, buscando uma abordagem interdisciplinar e integrada aos diversos segmentos da sociedade, com adaptabilidade e flexibilidade diante da inovação.

A Pós-Graduação da FBN direciona a oferta dos seus cursos para o atendimento a demandas do mundo do trabalho por profissionais mais bem preparados para lidar com novos cenários políticos, econômicos e sociais, com novas técnicas e desafios. Na FBN, orienta-se que as atividades de pós-graduação sejam realizadas em estreita relação com a graduação, visando à melhoria e renovação desse nível de ensino resultante da atualização de conhecimentos a ela subjacente, de uma articulação didático-científica mais eficaz e da constante melhoria dos índices de titulação dos docentes em sala de aula na graduação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da FBN para a oferta de cursos de pós-graduação orienta que se busque ultrapassar a rigidez de um processo de planejamento centralizado e de longo prazo, para ser entendido como a afirmação de um programa de ação racional, passível de adaptações impostas pelas mudanças imprevisíveis e aceleradas da sociedade, no geral, e do mundo do trabalho, em particular.

Desse modo, os cursos de pós-graduação ofertados pela FBN devem se distanciar da “grade” curricular rígida, desenhada em torno de um conjunto de “disciplinas” estanques, e devem passar a experimentar as interconexões permitidas pela organização e hierarquização de saberes, vinculados às competências e habilidades a serem construídas e, ainda, as atividades integrativas diversificadas a serem vivenciadas durante o curso.

Essa flexibilização fortalece a qualidade e amplia o papel institucional, sintonizando-o com as exigências do mundo contemporâneo, refletindo a capacidade Institucional em oferecer proposições eficazes, tendo em vista as demandas sociais emergentes por novas formas de produção do conhecimento.

Para isso, é essencial que ao longo do quinquênio (2015-2019) a FBN:

a) Garantir as condições de infraestrutura e suporte para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;

b) Implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação por ela ofertados;

c)Buscar convênios para oferta de DINTER e MINTER nas áreas de atuação.

Na Faculdade Boas Novas a pós-graduação tem como referência a inovação, a transformação e a excelência, onde se busca promover a integração da Instituição com a comunidade local. Para tanto, a FBN deverá ofertar cursos que se proponham a buscar soluções para demandas da região onde está inserida, por meio de:

a) Formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação no mundo do trabalho, nos níveis *lato sensu* (aperfeiçoamento, especialização e MBA);

b) Promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com instituições acadêmicas locais, nacionais e internacionais, setor empresarial, setor público e terceiro setor;

c) Criação de programas de pós-graduação diferenciados para atender, de modo flexível, à diversidade da demanda.

Para isso, a FBN orienta que sejam promovidas as seguintes ações institucionais:

a) Realizar o monitoramento da produção científica na FBN de forma a potencializar as ações na área;

b) Implementar programa de apoio prioritário à publicação em periódicos nacionais e internacionais;

c) Incentivar a participação de funcionários técnico-administrativos e de estudantes em eventos nacionais e internacionais;

d) Estimular a criação de revistas cientificas da própria IES para a publicação das produções dos estudantes e professores.

1.2.4 Políticas para a Pesquisa e Iniciação Científica

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Boas Novas entende pesquisa como um dos fundamentos para o cumprimento da sua missão institucional. Uma vez que os resultados devem contribuir não só com a produção intelectual, mas fundamentalmente com

a geração de respostas a temas relevantes para a ciência a cultura e a humanização, propiciando questionamentos críticos e contínuos gerando novas indagações ou aperfeiçoamento nos achados precedentes.

Nesta direção propositiva a Coordenação Pesquisa e Pós-Graduação é o órgão responsável pela realização da Iniciação à Pesquisa quer seja através da Iniciação Científica ou da produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC.

Na FBN a iniciação científica tem como objetivo promover e fortalecer os elos entre o ensino e as problemáticas do mundo, articulando teoria, reflexão crítica e prática sistematizada.

Considerando o compromisso com a formação dos estudantes, em níveis de graduação e de pós-graduação, a FBN organiza a sua Iniciação Científica por meio Linhas e grupos de Pesquisa.

Na FBN, são adotadas as seguintes políticas de iniciação a pesquisa:

a) Desenvolver projetos de iniciação cientifica coerentes com as linhas de pesquisas propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

b) Priorizar projetos que apresentem problemáticas que venham contribuir com o desenvolvimento da cidade de Manaus e com o Estado do Amazonas;

c) Investir em projetos de iniciação científica que mantenham a interdisciplinaridade com o ensino de graduação;

d) Difundir anualmente os resultados dos projetos de iniciação científica institucionais.

1.2.5 Políticas para a Extensão

A Extensão ocupa posição estratégica no processo permanente de articulação das instituições de ensino superior com a sociedade, integrando as atividades de ensino e investigação cientifica às demandas internas e externas, constituindo-se em um canal voltado para aprendizagens teórico-práticas, especialmente para os discentes, na medida em que contextualiza as questões científicas com as da sociedade, e, em particular, da comunidade regional e local. Ao colocar o discente, desde o início de seu curso, frente às necessidades e problemas da comunidade, ofertando serviços, promovendo eventos, divulgando publicações, colocando à disposição da população inovações e conhecimentos geradores de transformações, dentre outras possibilidades, a extensão assume o papel de vetor para a

disseminação da ciência e da cultura, para a transferência de tecnologia e inovação e para constituição da vida em cidadania como compromisso social.

Ressalta-se, ainda, que as instituições de ensino superior, no mundo atual, devem estar também permanentemente atentas às complexas e dinâmicas exigências do mundo do trabalho e, assim, buscando respostas a demandas oriundas dos variados setores da economia.

A Faculdade Boas Novas – FBN compreende ambas as vertentes – a social e a econômica, cada qual com múltiplos aspectos e especificidades – como geradoras de transformações da realidade em uma sociedade cada vez mais orientada ao conhecimento. Desse modo, por meio da extensão fundamentada nesses princípios e instrumentalizada mediante interações e compromissos com a sociedade, articulação teoria e prática e associação com o ensino, investigação científica e inovação, a FBN busca cumprir o seu papel de promover oportunidades voltadas a contribuir para o atendimento a demandas de natureza social, econômica, cultural e ambiental, cumprindo, assim, com sua missão institucional.

Como resultado, o processo pedagógico fica fortemente beneficiado, na medida em que os estudantes atuam em situações próximas da prática profissional, experimentando um ensino contextualizado.

Nessa perspectiva, portanto, a política institucional de extensão da FBN tem, como linha prioritária, o aprofundamento e o aperfeiçoamento da formação profissional em andamento e do desenvolvimento da cidadania do estudante, mediante o conhecimento e a interação com situações desafiadoras da realidade social do contexto em que está inserido.

As políticas institucionais que norteiam a extensão são:

I. Eixos de atuação:

a) Desenvolvimento Sustentável;

b) Educação e Formação Cidadã;

c) Novos Direitos e Novos Conceitos;

II. *Políticas gerais*:

Estabelecem que os projetos de extensão estejam alinhados aos princípios norteadores e aos eixos de atuação para essa atividade na FBN e que, de modo específico, se voltem a ações empreendedoras, à promoção de programas e/ou ações de responsabilidade social e que busquem integrar, de modo transversal, as diferentes áreas do conhecimento.

III. *Políticas específicas*:

a) Apoio a propostas que contribuam para o desenvolvimento regional em uma perspectiva econômica, social, cultural e ambiental;

b) Incentivo, desenvolvimento, implantação e participação em projetos e programas voltados para a conservação e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

c) Estímulo às atividades de extensão cujo desenvolvimento implique0 relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Instituição e da Sociedade, mantendo o compromisso com os direitos humanos, respeitando a diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;

d) Incentivo a reflexões que, valendo-se de resultados da extensão realizadas pela FBN, constituam subsídios para o aperfeiçoamento das concepções e práticas curriculares;

e) Revisão da concepção de espaço para a construção do conhecimento, de modo que a "sala de aula" deixe de ser o lugar privilegiado para ato de aprender, e o "estudante", transformando- se em *ensinante-aprendente*, se torne protagonista do processo de ensino-aprendizagem;

f) Implantação de banco de dados e informações para planejamento, acompanhamento e ações que permitam o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e investigação;

g) Busca de estratégias e mecanismos para melhoria contínua da qualidade do atendimento às comunidades interna e externa;

h) Incentivo e apoio à realização de atividades culturais e esportivas;

i) Oferta de programas de atualização, aperfeiçoamento, treinamento, divulgação, de interesse social e outros que atendam a demandas do mundo do trabalho local e regional;

j) Estabelecimento de parcerias, convênios, associações e intercâmbios com empresas e outras entidades organizacionais, públicas, privadas ou do terceiro setor, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e que também possam contribuir para a expansão das fontes de receita da FBN

k) Incentivo e apoio à oferta de programas de prestação de consultoria para as empresas, criando mecanismos que estimulem a organização dessas atividades por professores e estudantes;

l) Promoção de eventos que coloquem a serviço da comunidade interna e externa acervos cultural, científico e tecnológico existentes e produzidos nas diferentes áreas;

m) Incentivo e apoio à avaliação contínua do impacto social, urbano, econômico, tecnológico e do ensino resultante das atividades de extensão promovidas pela FBN,

Essas linhas indicam que a extensão e ação comunitária se originam da Faculdade para a comunidade, sobretudo, pela disseminação de novos conhecimentos científicos e tecnológicos e na prestação de serviços que devem repercutir na qualidade de vida da população.

1.2.6 Políticas de Responsabilidade Social e Educação Inclusiva

A Responsabilidade Social, com o viés da inclusão social, está relacionada ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como base o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende à questão da inclusão social.

Desta maneira, na Faculdade Boas Novas, a concepção de responsabilidade social não é apenas um resultado exterior de práticas educacionais, mas é afirmada no processo de construção do conhecimento proporcionado, constituindo parte fundamental da formação do sujeito, para sua atuação – desprovida do mero assistencialismo – como indivíduo e como profissional na sociedade, com base em princípios éticos e humanos. Dessa maneira, a formação comprometida com o desenvolvimento cultural, econômico e social, bem como com a dignidade humana, faz parte da educação com responsabilidade social na FBN.

Para que seja possível a materialização desse princípio geral, e mais amplo, sobre responsabilidade social e educação inclusiva, o projeto pedagógico institucional da FBN orienta sobre a necessidade de se promoverem articulações entre as atividades-fim do fazer acadêmico, nas diversas áreas do conhecimento, e de se desenvolverem estratégias e ações voltadas a buscar, nesse processo, a indissociabilidade entre o ensino, a investigação científica e a extensão – em sintonia com as demandas da sociedade nessa área específica. Orienta, ainda, para que sejam observados os seguintes princípios complementares:

a) Constituir-se em ações concretas, internas e externas à instituição, que promovam a produção e socialização do conhecimento, referenciado e contextualizado, sobre responsabilidade social e educação inclusiva;

b) Considerar-se os contextos global, regional e local e os diversos aspectos da realidade historicamente construída, como subsídios para sua (re)interpretação e novos posicionamentos promotores da responsabilidade social e de processos de inclusão;

c) Refletir-se como prática séria, consistente e reconhecida pela comunidade (interna e externa), resultante de um modelo de gestão institucional que adota uma atitude responsável, ética e inclusiva em todas as suas atividades e com todos os indivíduos, grupos sociais e entidades com os quais interage;

d) Refletir-se, assim, como Instituição que contribua para o projeto de desenvolvimento humano sustentável dos municípios da região metropolitana da cidade de Manaus, conforme expressa sua missão.

Nesta perspectiva, para a implementação de sua política de responsabilidade social e educação inclusiva, a FBN propõe-se a:

a) Apoiar o desenvolvimento de estudos e investigações científicas sobre inclusão social e a publicação dos resultados daí advindos;

c) Atuar, mediante ações extensionistas, na promoção de ações voltadas para problemáticas da comunidade local, prestando serviços à população e incentivando a redução das desigualdades sociais;

d) Desenvolver projetos e ações em parceria com órgãos dos governos estadual e municipais, voltados a contribuir para o desenvolvimento humano sustentável, a educação ambiental e demais ações de responsabilidade social e inclusão, considerando as possíveis contribuições dos cursos da FBN;

e) Criar um Núcleo de Práticas Sociais no intuito de auxiliar instituições na concretização de direitos que atinjam o maior número possível de cidadãos ou grupos sociais, independentemente da situação econômica;

1.3 Objetivos Gerais do Curso

1.3.1 Objetivo Geral

- Formar profissionais na área jurídica, habilitados como pensadores e operadores do Direito, com formação humanística técnico-jurídica e prática, preparados para acompanhar e atuar frente às transformações sociais, aliados ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de se adequar ao permanente processo de atualização. Assim sendo, de forma ética, contribuirão para o desenvolvimento aliado à justiça social e à pacificação da sociedade, sobretudo, para que se tenham garantidos os direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana, o pleno exercício da cidadania e o efetivo acesso à justiça.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Produzir conhecimento que reflitam uma formação humanista, crítica, interdisciplinar, técnico-jurídica e política comprometida com o processo de transformação da sociedade, fundada na constituição Federal de 1988, o que exigirá uma formação

pautada na articulação entre teoria e prática, ciência e cotidiano, saber acadêmico, saber popular e filosofia cristã;

- Desenvolver atividades acadêmicas na perspectiva interdisciplinar que articule o tripé: ensino, pesquisa e extensão no curso de direito;
- Formar o bacharel em direito para o exercício da sua profissão sustentado pelo compromisso da cidadania e da justiça social;
- Proporcionar o exercício de práticas jurídicas, com base na participação e na construção coletiva da produção do saber jurídico, garantindo a liberdade de expressão, pensamento e respeito às diferenças individuais e grupais;

1.4 O Perfil do Egresso

O cenário regional, nacional e internacional tem passado por profundas transformações e mudanças econômicas, políticas e sociais. Por sua vez, a região amazônica, detentora do maior estoque de recursos estratégicos vitais e abióticos, embora sofra os efeitos das alterações globais, continua a constituir um espaço essencial do planeta neste início de século. Essa realidade geopolítica continua a desafiar a região na busca da construção de novos paradigmas e soluções, no sentido de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável aliado à reafirmação da soberania brasileira na Amazônia e de seu valor socioambiental.

Com essa visão e competências, diante do contexto marcado pela globalização de saberes, de práticas, de negócios e de oportunidades, é que a Faculdade Boas Novas pretende formar o graduado no curso de Direito. O estudante do curso de Direito deve preparar-se e desenvolver capacidades e competências para atender as demandas desta sociedade em processo de mudança. Para isso, o curso priorizará a concentração de estudos interdisciplinares nas áreas das ciências humanas, sociais, da filosofia e ética cristã, direcionados ao exercício das diversas atividades da área jurídica e dos vários ramos do direito, atados ao compromisso para com os ideais de justiça, de liberdade, de desenvolvimento e dignidade humana em face das transformações sociais que caracterizam a contemporaneidade.

A visão humanista do Direito, integrada à técnica e à prática no exercício de atividades nas carreiras jurídicas, demanda sólida formação geral e humanista, capaz de promover capacidades e competências, tais como: de análise, a partir do domínio de conceitos, terminologias jurídicas e da ética cristã; a adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais aliados à realidade da região amazônica. Amazônia essa que detém uma grande diversidade de recursos biológicos e naturais, os quais necessitam também de tutela jurídica frente às inconsequentes e múltiplas formas de

logospiratataria. Nesse sentido, a estrutura do curso e a matriz curricular atende o perfil desejado que a Faculdade Boas Novas pretende formar, com um olhar diferenciado para a realidade regional, todavia, sem perder as perspectivas de direcionamento dos contextos nacional e internacional.

O egresso do curso de Direito também deverá ser capaz de utilizar as formas consensuais de composição de conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito e da carreira jurídica, à prestação da justiça, ao desenvolvimento socioeconômico e da cidadania.

Pretende-se, portanto, formar um bacharel em Direito com amplo e interligado conhecimento jurídico, com raízes na orientação judaico-cristã ocidental, sem descuidar do respeito às demais tradições culturais, comprometido com a ética e o desenvolvimento compatíveis com a realidade regional, a fim de que se possa alcançar as seguintes características em sua futura vida profissional, incluindo outras competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, como as que seguem:

a) Capacidade de interpretar e aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional. Observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico e prático;
b) Demonstração de competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
c) Comunicação com precisão;
d) Domínio de instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
e) Capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
f) Compreensão dos métodos interpretativos e da Hermenêutica, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
g) Capacidade para atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
h) Domínio das tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
i) Apreensão de conceitos deontológico-profissionais e desenvolvimento de perspectivas transversais sobre direitos humanos;

j) Capacidade para articular a teoria e a prática jurídica com os desafios da realidade amazônica, considerando a diversidade cultural e biológica que a região comporta, bem como a necessidade de sua promoção e conservação para o desenvolvimento regional, nacional e solidariedade com outros povos e nações.

Assim sendo, os graduados do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas, após atendidas as exigências de ingresso, vivenciarão processos acadêmicos com vistas a torná- los aptos para o exercício das profissões jurídicas, tais como a advocacia, a magistratura, o ministério público, a defensoria pública, a procuradoria geral, a docência jurídica e outras. Desse modo, o egresso do curso deverá apresentar um perfil que demonstre atributos pessoais, competências e habilidades que lhe capacitem para atuar frente aos mais diversos desafios da carreira profissional, consideradas a realidade de seu campo de atuação e as inúmeras possibilidades de sua inserção no mundo do trabalho.

1.5 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de direito da Faculdade Boas Novas foi construída de forma a:

- Permitir ao estudante o acesso à um currículo flexível oportunizado através das disciplinas optativas e eletivas;
- Favorecer um diálogo entre as unidades curriculares do semestre e do curso, favorecendo assim a prática interdisciplinar e transdisciplinar;
- Considerar a escolha metodológica utilizada para desenvolver as unidades curriculares como fundamentais na concretização dos objetivos do curso;
- Estabelecer relação entre a unidade curricular e carga horaria(hora-relógio) destinada a ela;
- Permitir através das unidades curriculares a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC´s e de práticas pedagógicas inovadoras;

1.5.1 Matriz Curricular

Sigla	Componente Curricular	Pré-Requisito	Carga Horária
	1º Semestre		
IED01	Introdução ao Estudo do Direito		80
HJU01	Hermenêutica jurídica	40	
MEP01	Metodologia do Estudo	40	
RLJ01	Redação e Linguagem jurídica	80	
EGA01	Economia Geral e da Amazônia	80	
CIP02	Ciência Política	80	

	Total	**400**	
	2º Semestre		
HDI03	História do Direito	IED01	40
FGJ04	Filosofia Geral e Jurídica	40	
DIC01	Direito Constitucional I	IED01	80
DIP01	Direito Penal I (Parte Geral – Teoria Geral da Norma Penal)	IED01	80
DIC01	Direito Civil I	IED01	80
AJU05	Antropologia Jurídica	40	
SOJ06	Sociologia Jurídica	40	
	Total	**400**	
	3º Semestre		
DIC02	Direito Civil II (Obrigações I)	DIC01	80
DIC02	Direito Constitucional II	DIC01	80
DIP02	Direito Penal II (Teoria Geral do Crime)	DIP01	80
PSJ07	Psicologia Jurídica	40	
DCI01	Direito à Cidade	DIC01	40
DHU01	Direitos Humanos	DIC01	40
	Optativa I	40	
	Total	**400**	
	4º Semestre		
DIC03	Direito Civil III (Obrigações II)	DIC02	80
DIP03	Direito Penal III (Teoria da Pena)	DIP02	80
DEL01	Direito Eleitoral	DIC01	40
TGP01	Teoria Geral do Processo	IED01	80
DEM01	Direito Empresarial	DIC01	80
DPR01	Direito Previdenciário	DIC01	40
	Total	**400**	
	5º Semestre		
DIC04	Direito Civil IV (Contratos)	DIC03	80
DIP04	Direito Penal IV (Crimes em Espécie)	DIP03	80
DPC01	Direito Processual Civil I	TGP01	80
DTR02	Direito Trabalho I	IED01	80
DAD03	Direito Administrativo I	IED01	80
	Total	**400**	
	6º Semestre		
DIC05	Direito Civil V (Direito das Coisas II)	DIC04	80
DAG04	Direito Agrário	DIC01	80

DPC02	Direito Processual Civil II	DPC01	80
DTR02	Direito do Trabalho II	DTR02	80
DAD04	Direito Administrativo II	DAD03	80
	Total	**400**	
	7º Semestre		
DIC06	Direito Civil VI (Família)	DIC05	80
DPC03	Direito Processual Civil III	DPC02	80
DPP04	Direito Processual Penal I	TGP01	80
DPT05	Direito Processual do Trabalho	DTR02	80
DFI06	Direito Financeiro	80	
	Total	**400**	
	8º Semestre		
DPP06	Direito Processual Penal II	DPP04	80
DIC07	Direito Civil VII (Sucessões)	DIC05	80
DTR07	Direito Tributário	DIC01	80
DPC06	Direito Processual Civil IV	DPC03	80
PIN08	Metodologia da Pesquisa em Direito	DMPD	40
DPU09	Direito Internacional Público	DIC01	40
	Total	**400**	
	9º Semestre		
EGP08	Ética Geral e Profissional	40	
DAA09	Direito Ambiental e da Amazônia	DIC01	80
DPI10	Direito Internacional Privado	DIC01	80
PSI01	Prática Simulada I (cível)	DPC03	40
PSI02	Prática Simulada II (trabalhista)	DPT05	40
PSI03	Prática Simulada III (tributário, administrativo)	DPC06	40
PSI04	Prática Simulada IV (penal)	DPP06	40
TCC01	Trabalho de Conclusão de Curso I	DMPD	40
	Total	**400**	
	10º Semestre		
TIC11	Tecnologia da Informação e da Comunicação	40	
TDC12	Tutela de dos Direitos e Difusos, Coletivos, individuais e Homogêneos	DIC01	80
SAC13	Soluções Alternativas de Conflito	DIC07 DIP04	40
PAJ01	Prática de Assistência Jurídica I (Cível)	PSI01	40

PAJ02	Prática de Assistência Jurídica II (Penal)	PSI04	40
PAJ03	Prática de Assistência Jurídica III (Trabalhista, Tributária e Administrativa)	PSI03	40
TCC02	Trabalho de Conclusão de Curso II	TCC01	80
	Optativa III	40	
	Total	**400**	
	Total Geral		**3.960**

1.5.2 Resumo

Componentes Curriculares	Carga Horária
Eixo de Formação Fundamental	**520 h**
Eixo Profissional	**540 h**
Eixo de Formação Prática	**3.100h**
Carga Horária Total	**4.160 horas-aula**

1.5.3 de Disciplinas Optativas e Eletivas

Na Faculdade Boas Novas tomando como base sua autonomia didático-pedagógica são consideradas **disciplinas optativas** todos os componentes curriculares que apresentam congruência com a área de formação profissional do estudante, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo de estudo dessa mesma área, previstos no Projeto Pedagógico do Curso- PPC e com carga horária obrigatória para integralização do currículo.

São **disciplinas eletivas** os componentes curriculares escolhidos livremente pelos estudantes entre os demais cursos da IES ou até mesmo no seu próprio curso que não configurem como carga horária obrigatória. Como a própria palavra revela, o estudante elege o componente que entende que possa enriquecer a sua formação acadêmica ou profissional. A mesma será registrada no seu histórico escolar, **mas não será computada para fins de integralização** do currículo.

SIGLA	Disciplinas	Pré-Requisito	Carga Horária
LJU014	Lógica Jurídica	IED01	40
DCA16	Direito da Criança e do Adolescente	DIC01	40
MFO17	Medicina Forense	DIC01	40
BIO19	Bioética	IED01	40
	Filosofia da Religião		40
	Direito e Religião		40
	Retórica e Argumentação Jurídica		40
	Direito e logospirataria na Amazônia: desafios à proteção jurídica do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais na região		40
	LIBRAS		40
	Introdução ao Cristianismo e à Cosmovisão reformada		40

1.6 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso de direito da Faculdade Boas Novas-FBN foram pensados em inteira relação com os objetivos do curso, para que deste modo pudessem possibilitar o pleno desenvolvimento profissional dos egressos. Para isso se fez imprescindível:

- Conteúdos atualizados;
- Carga horária adequada;
- Bibliografia adequada e atualizada;
- Metodologias acessíveis;
- Relação entre os conteúdos curriculares e as políticas de ensino, iniciação científica, extensão e responsabilidade social;

1.6.1 Ementas e Bibliografias

1º SEMESTRE

1. **COMPONENTE CURRICULAR: REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA Carga-horária: 80 horas**

Ementa: Gramática e Ortografia e Pontuação da Língua portuguesa: regras básicas. Novas regras ortográficas. Estudo de velhas e novas retóricas: convergência e desdobramentos. Breve histórico. Análise das figuras de retórica e argumentação. Estudo da retórica e textos jurídicos, estudo das unidades retóricas dos textos jurídicos. O Direito como discurso. Modalidades discursivas. Comunicação jurídica.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. 15ª ed. São Paulo: Ediouro, 1997.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Português Jurídico.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

DUCROT, O. **Provar e Dizer.** São Paulo, Global, 1981.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HENRIQUES, Antonio. **Prática da Linguagem Jurídica.** 5ªed São Paulo: Atlas, 2008. MARTINO, Agnaldo. **Português Esquematizado.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa:** atividades de leitura e produção de textos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

2. **COMPONENTE CURRICULAR: ECONOMIA GERAL E DA AMAZÔNIA**

Carga-horária: 80 horas

Ementa: Conceitos básicos de Economia, fundamentos dos problemas econômicos, sistema econômico. Mercado. Produção e custos de produção. Moeda. Atividade financeira do Estado. Economia Internacional. Economia política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Relações entre economia e direito. A conquista e ocupação econômica da Amazônia. A expansão e declínio da Economia da borracha. O contexto do contato europeu com a Amazônia. O ciclo da borracha. A inserção capitalista na Amazônia. Política de Valorização da Amazônia: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e Banco de Crédito da Amazônia. Operação Amazônia. A Zona Franca de Manaus e sua evolução. O Setor Madeireiro e o Ecoturismo. Desenvolvimento Sustentável e Amazônia. Globalização e Amazônia. Ausência de Políticas de Desenvolvimento Regional.

Bibliografia básica:

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes e além depois**. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1997.

FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil,** 34ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2007,

SILVA, César Roberto leite; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados:** introdução à Economia. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

NUSDEO, Paulo**. Curso de Economia**: introdução ao Direito Econômico, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SHIPSIDE, Steve. **O Capital de Karl Marx:** uma interpretação prática e moderna. (Col. clássicos do pensamento econômico). São Paulo: Saraiva, 2010.

VASCONCELOS, S. Marco Antonio. Manuel E. Garcia. **Fundamentos de Economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada.** São Paulo: Malheiros, 2000.

HUNT, E. K., **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** 2ª ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005

3. COMPONENTE CURRICULAR: CIÊNCIA POLÍTICA

Carga-horária: 80 horas

menta: Especificidade da Política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ciência Política. Origem e evolução do Estado Contemporâneo. Estado e Direito. Evolução histórica e clássica do pensamento político contemporâneo. Função social do

Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Formas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo. Formas de Estado e federalismo. Regimes de Governo e democracia. Declaração de direitos, separação de poderes e funções do Estado. O poder do Estado: a soberania e sua evolução conceitual. O Estado na órbita internacional: o conforto de soberanias.

Bibliografia básica:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política.** 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 34. ed. São Paulo, Saraiva, 2018.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política.** 15. ed. São Paulo: Globo, 2004. BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo.** 10. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

CUNHA, Paulo Ferreira. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** São Paulo: Saraiva, 2018.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, Flamarion; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara Caldeira (Coord). **Manual de Filosofia Política.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

4.COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Carga-horária: 80 horas

Ementa: Conceito e objeto da Introdução ao Direito. A sociedade e o Direito. Valores sociais e normas de conduta. A sociedade humana e suas instituições. O Direito no quadro das ciências. Visão conjunta da ciência do Direito. A ordem jurídica. Acepções do termo “direito”. Fontes do Direito. Relação jurídica. Fato, ato e negócio jurídico. Lei: definição e caráter. Ciência Jurídica e teoria da norma. Direito positivo. Correntes e escolas mais importantes do pensamento jurídico.

Bibliografia básica

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2017.

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2017.

Bibliografia complementar

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2015. BULOS, UADI. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2017

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A Constituição na vida dos povos**. São Paulo: Saraiva, 2013

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2016.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

5. COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ESTUDO E DA PESQUISA EM DIREITO

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Conceitos: O conhecimento científico. Formas de conhecimento. O método científico. A pesquisa científica. A leitura como instrumento de compreensão. Técnicas de leitura. Elaboração de trabalhos acadêmicos. Técnicas para difusão e divulgação do conhecimento. Normas ABNT NBR. 14.724, NBR. 10.520, NBR. 6023.

Bibliografia básica

Manual de Normas para Trabalhos Acadêmicos. Manaus: Faculdade Boas Novas, FBN, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade / LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. Rev. e Amp. de acordo com a ABNT. São Paulo Cortez, 2004.

Bibliografia complementar

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica:** Um guia para a produção do conhecimento cientifico.Editora Atlas,2009

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico.** 10. Edição. Editora Atlas,2010

MARTINS, Gilberto Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

TEIXEIRA, Elisabeth. **As Três Metodologias:** Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa. Editora Vozes,2009

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia Científica na Era da Informática.** 3ª edição ver. E atualizada. Editora Saraiva,2010.

6. COMPONENTE CURRICULAR: HERMENÊUTICA JURÍDICA

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Conceito e objeto da Hermenêutica Jurídica. Análise das principais teorias hermenêutica clássica à hermenêutica filosófica. Teoria, elementos e métodos de intepretação. Reflexão crítica quanto à aplicação do Direito pelos tribunais nos terrenos entre o político, o jurídico e o social.

Bibliografia Básica:

FRANÇA, R. Limongi. **Hermenêutica jurídica.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REIS, Friede. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica.** 9. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica em Crise.** 7. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2007.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito.** São Paulo: Ícone, 1999

FERNANDEZ, Atahualpa. **A Argumentação – Jurídica e Hermenêutica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Impactus, 2008.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Porto: Rés.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D.E. **Hermenêutica**: **arte e técnica da interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

2º SEMESTRE

7. COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA Carga-horária: 40 horas

Ementa: Introdução à Filosofia. Reflexão e atitude filosófica. Tipos de Conhecimento. Direito e Filosofia. O objeto e método da Filosofia do Direito. Os temas fundamentais da Filosofia do

Direito. O Direito Clássico. A filosofia racionalista e socrática: Sócrates, Platão e Aristóteles. A filosofia do Direito na Idade Média. O Direito Moderno e o pensamento contratualista. O direito natural moderno. A Filosofia do Direito de Immanuel Kant. A filosofia do Direito de Hegel. A filosofia de Karl Marx e as criticas ao direito burguês. As tendências atuais da Filosofia do Direito. O Direito na Pós-Modernidade.

Bibliografia básica:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de filosofia do direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica**. 2. ed. Bauru: Edipro, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Filosofia do Direito.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e ao direito.** São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir.** 42ª. ed.. Trad. Ligia M. Ponde Vassalo, Petrópolis: Vozes, 2018.

MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

NADER, Paulo**. Filosofia do Direito**.25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018

RAMOS, Flamarion; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara Caldeira (Coord). **Manual de Filosofia Política.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

8. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CONSTITUCIONAL I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Conceito e princípios do Direito Constitucional. Formação Constitucional do Brasil. A constituinte e a Constituição de 1988. Constitucionalismo. Constituição. Poder constituinte. Poder de reforma. Mutações constitucionais. Normas constitucionais. A aplicação da Constituição no tempo; O sistema Constitucional; Teoria da norma Constitucional; Interpretação da Constituição; Supremacia da Constituição; Evolução Constitucional do Brasil.

Bibliografia básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 41ª ed. São Paulo: Malheiros Editoras, 2018.

Bibliografia complementar:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da Constituição.** Coimbra, Almedina, 2007.

JUNIOR, Nelson Nery; ABBOUD, Georges. **Direito Constitucional Brasileiro.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MENEZES, Vitor Hugo Mota. **Direito à Saúde e a Reserva do Possível.** 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2015.

9.COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PENAL I (PARTE GERAL – TEORIA GERAL DA NORMA PENAL)

Carga-horária:80 horas

Ementa: Evolução das ideias penais: periódicos (primitivos, humanitários, científico). História do Direito Penal brasileiro. Conceito e caracteres do Direito Penal atual. Fontes do Direito Penal. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito. O Crime: o Fato, a Tipicidade, a Antijuridicidade, a Culpabilidade, a Imputação Objetiva do Resultado e a Tipicidade Conglobante.

Bibliografia básica:

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal.** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal - Parte Geral.** Vol. 1. 24ª.São Paulo: Saraiva, 2018.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal.** 33ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V. 1

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir.** 42ª ed.. Trad. Ligia M. Ponde Vassalo, Petrópolis: Vozes, 2018.

ROXIN, claus. **Estudo de Direito Penal.** 2ª ed; Tradução: Luís Grego. Rio de janeiro: Renovar, 2012.

10. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Componente curricularformativo, destinada ao estudo dos elementos da relação jurídica a partir das normas gerais e da doutrina aplicada à compreensão dos conceitos jus civilísticos, aberta às novas concepções do Direito Contemporâneo, proporcionando orientações básicas para o relacionamento cotidiano das pessoas.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** teoria geral do direito civil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V.1.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Parte geral. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** Parte Geral. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves; Braga Netto, Felipe; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil.** Salvador: JusPodivm, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil –Lei de Introdução e Parte Geral.** Vol 1. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

11. COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA JURÍDICA Carga-horária: 40 horas

Ementa: A sociologia jurídica: origens e desenvolvimentos. O objeto da sociologia jurídica. O direito numa perspectiva sociológica: o direito enquanto fato social; direito e normas de condutas e ás relações sociais; grupos sociais e os sistemas jurídicos; o direito e a opinião pública; valores humanos e sistema social. Apresentar um panorama das diferentes abordagens através de temas contemporâneos de Sociologia Jurídica.

Bibliografia básica:

PLUMMER, Ken. **Sociologia.** (Col. Homem Cultura e sociedade). São Paulo: Saraiva, 2015.

REHBINDER, Manfred. **Sociologia do Direito.** (trad. Márcio Flávio Mafra Leal) São Paulo: Saraiva, 2017.

BEZERRA, Paulo César Santos. **Sociologia Jurídica.** Rio de Janeiro: Renovar, 2010

Bibliografia Complementar:

REHBINDER, Manfred. **Sociologia do Direito.** (trad. Márcio Flávio Mafra Leal) São Paulo: Saraiva, 2017.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito.** São Paulo: Saraiva, 2013.

PLUMMER, Ken. **Sociologia.** (Col. Homem Cultura e sociedade). São Paulo: Saraiva, 2015.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Geral e Jurídica.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015 .

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica.** 2. ed.São Paulo: Saraiva, 2017.

12. COMPONENTE CURRICULAR: ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Análise da especificidade da abordagem antropológica do direito. Exame dos elementos fundamentais da antropologia social e jurídica. Explicitação dos traços fundamentais da análise e da pesquisa em antropologia. Reconstrução crítica das perspectivas teóricas da antropologia social e jurídica. Descrição da abordagem antropológica como forma de compreensão do direito numa perspectiva plural. Discussão do pluralismo jurídico e da fundamentação do direito numa sociedade multicultural. Discussão da questão dos direitos humanos a partir da perspectiva antropológica. Explicitação de questões fundamentais relativas à observação antropológica do campo jurídico.

Bibliografia Básica:

ASSIER-ANDRIEU, Louis. **O direito nas sociedades humanas**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SACCO, Rodolfo. **Antropologia jurídica: contribuição para uma macro-história** do direito. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito.** São Paulo: Ícone, 1999.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

GODELIER, Maurice. **Comunidade, sociedade, cultura: três modos de compreender as identidades em conflito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

GRAU, Eros Roberto. **Por que tenho medo dos Juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios.** 6ª. Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013

KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaios de antropologia e de direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

13. COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA DO DIREITO Carga-horária: 40 horas

Ementa: Conceito e princípios da análise histórica. Direito primitivo. Direito oriental e asiático. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. Evolução dos institutos jurídicos fundamentais. Sistemas jurídicos contemporâneos. Evolução histórica do Direito brasileiro. A gênese e o desenvolvimento social do Direito ao longo da História do Ocidente. O direito romano. A formação do Direito Ocidental. Aspectos relevantes da história do direito luso- brasileiro.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **História do Direito.** (Col. Direito Vivo) 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do DireitoGeral e Brasil.**6ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

CICCO, Cláudio de. **História do Direito e do pensamento jurídico.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VIEIRA, Jair Lot (Supervisor). **Código de Hamurabi, Código de Manu e Lei das XII Tábuas.** Supervisão: Jair Lot Vieira. 3ª edição, São Paulo: Edipro, 2011.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos da História do Direito.**9ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

3º SEMESTRE

14. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL II – (OBRIGAÇÕES I) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Estudo das obrigações: conceito, elementos constitutivos, fontes, princípios e classificação.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** teoria geral das obrigações. Vol. 2 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações. 2ª Parte. 41ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2014.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações. 2ª Parte. 41ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** teoria geral das obrigações. Vol. 2. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil.** Vol. 2, 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

WALD, Arnoldo. **Direito Civil 2 –Direito das Obrigações e Teoria dos Contratos**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

15. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CONSTITUCIONAL II

Carga-horário: 80 horas

Ementa: Constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Os Princípios Constitucionais. O Controle de Constitucionalidade. A Organização do Estado. A Organização dos Poderes. A Administração Pública. A Defesa do Estado. O Sistema Constitucional Tributário. A Ordem Econômica e Financeira. A Ordem Social. A Organização político- administrativa do Estado. A Federação. As autonomias. A Intervenção Federal e Estadual. O governo e a Administração. A Representação da Sociedade e do Estado. O Ministério Público e a Advocacia Geral da União. Os Princípios institucionais da Advocacia e da Defensoria Pública. A Organização dos Poderes. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Bibliografia básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros. 33ª ed. 2018.

CANOTILHO, J.J. **Gomes et al. Comentários à Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 41ª ed. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editoras, 2018.

Bibliografia complementar:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 4.ed. São Paulo: Atlas; Gen, 2016

MONTESQUIEU, Charles. **O Espírito das leis:** As Formas de Governo. A Federação. A Divisão dos Poderes. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

16. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PENAL II (TEORIA GERAL DO CRIME)

Carga-horária: 80 horas

Ementa: Estudo concurso das normas, as teorias do crime, teorias e tipos de penas, os concursos de crime, os efeitos da condenação e de reabilitação. Analisa o concurso de pessoas e a extinção de punibilidade.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** Parte geral. Vol .I24. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal.** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Manual de Direito Penal.** 14ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2018.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
V. 1

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINELLE, João Paulo Orsini; DE BEM, Leonardo Schmitt. Lições Fundamentais de Direito Penal. Parte Geral. 3ª ed. São Paulo: Saraiva,2017.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal.** 33ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro – P arte Geral. Vol. I. 2ª ed.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

17. COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA JURÍDICA Carga-horária: 40 horas

Ementa: Aspectos psicológicos relacionados ao Direito. Aspectos psicológicos que envolvem o crime. Perícias psicológicas, metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes, práticas de delitos, separações judiciais e guarda de filhos. Personalidade: conceito, tipos. Psicopatologia: neurose, psicose, transtornos de personalidade, transtornos na área da sexualidade. Psicodiagnóstico: fundamentação e esclarecimentos sobre o processo.

Bibliografia Básica:

FIORELLI,Jose Osmir; MALHADAS Junior,Marcos JulioOlivé. **Psicologia Aplicada ao Direito. 4ª ed.** São Paulo: LTR, 2015.

JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça.** 4ª ed. Goiânia: AB Editora, 2016.

PINHEIRO, Carla. **Psicologia Jurídica – Col. Direito Vivo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. **Psicologia Jurídica:** Implicações Conceituais e Aplicações Práticas. São Paulo: Vetor Editora, 2005.

FIORELLI, José Osmir, Marcos Julio O. M. Jr e Maria Rosa Fiorelli. **Psicologia Aplicada ao Direito.** São Paulo: LTR, 2006.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Psicologia Jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**.3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito.**8ª ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2017.

18. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO À CIDADE Carga Horária: 40 horas

Ementa: Conceito e objeto do Direito Urbanístico. O Direito Urbanístico no Brasil. Normas de Direito Urbanístico. Disciplina urbanística da propriedade urbana. Planejamento Urbanístico. Instrumentos de intervenção urbanística.

Bibliografia básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos Carvalho. **Comentários ao Estatuto da Cidade.** 5ª ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Atlas, 2013.

FERRAZ, Sérgio/Dallari. **Estatuto da Cidade**.4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

HUMBERT, Georges Louis Hage. Curso de Direito Urbanístico e das Cidades. 1ª ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2017.

Bibliografia complementar:

COSTA, Carlos Magno Miqueri da. **Direito Uranístico Comparado – Planejamento Urbano – Das Constituições aos Tribunais.** Curitiba: Editora Juruá, 2009.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de Direito Urbanístico**. São Paulo: Manole, 2004.

GARCIA, Maria; ROSA, Elianne M. Miera et. al. **A cidade e seu estatuto**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

PINTO, Victor Carvalho.**Direito urbanístico:** Plano Diretor e Direito de Propriedade.4ª ed. São Paulo: RT, 2014.

SILVA, José Affonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** 7ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

19. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITOS HUMANOS Carga-horária: 40 horas

Ementa: Introdução ao Estudo dos Direitos Humanos. Aspectos sócio jurídicos dos Direitos Humanos. Proteção internacional dos direitos humanos no âmbito nacional, regional e universal. Direito dos Refugiados e Direito Humanitário. Novos Temas e Novos Atores.

Bibliografia básica:

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, André de. **Curso de Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A Humanização do Direito Internacional.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2015.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos – Nova Edição**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo, Saraiva, 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Estudos sobre Direitos Fundamentais.** 1.ª ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos na ordem jurídica internacional e reflexo na ordem constitucional brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo (Org). Legitimação dos Direitos Humanos, Renovar, 2002.

4º SEMESTRE

20. Componente Curricular: Direito Civil III (Obrigações II) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Propõe-se o exame do instituto do inadimplemento das obrigações e suas consequências, ou seja, a obrigação de reparar o dano. Oportuniza, outrossim, o exame pormenorizado do instituto da responsabilidade civil extracontratual.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** teoria geral das obrigações. Vol. 233. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** obrigações. Vol. 2 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil:** obrigações, inclui responsabilidade civil. Vol. 2 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Washington Carlos. **Direito Civil. Obrigações.** São Paulo: Atlas, 2015.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria Geral das Obrigações: responsabilidade civil: curso de direito civil.** 12ª ed.São Paulo: Atlas, 2011.

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. **Direito Civil:** obrigações. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

21. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PENAL III (TEORIA DA PENA) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Estuda as infrações penais em espécie, no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais. Crimes contra a pessoa, patrimônio e propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra o respeito aos mortos, compreendendo análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas.

Bibliografia básica:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Especial**, vol. 2. São Paulo: Saraiva. 2018.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Manual de Direito Penal.** 14ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral.** 12ª ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

Bibliografia complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte especial – dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos. Vol. 5 12ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Parte Especial (arts. 213 a 359-H). Vol. 3. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal:** parte especial. 15ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução Penal – Teoria Crítica. 3ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2017.

22. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO ELEITORAL Carga horária: 40 horas

Ementa: Conceito, objeto e fontes do Direito Eleitoral. Relações com outras disciplinas. Histórico do Direito Eleitoral no mundo e sua evolução no Brasil. A atual Justiça Eleitoral no Brasil. O Ministério Público Eleitoral. O Sufrágio. Direitos Políticos ativo e passivo. Direito Político positivo e negativo. Alistamento eleitoral. Garantias eleitorais. Escolha e registro de candidatos. Propaganda eleitoral e partidária. Medidas preparatórias à votação. Da votação. Da apuração. Diplomação dos eleitos. Recursos eleitorais. Recursos na legislação ordinária. Recursos eleitorais na Constituição. Outras formas de impugnações. Crimes eleitorais. Processo Penal Eleitoral. Direito Partidário e Partido Político.

Bibliografia básica:

BRAGA, Lourenço dos Santos Pereira. **A Lei das eleições explicada: doutrina, legislação (e) jurisprudência.** Manaus: Rego, Nova Métrica, 2016.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro. 16ª ed.** São Paulo: Edipro, 2016.

VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho; SILVA, Marco Antonio. **Direito Eleitoral contemporâneo.**São Paulo: Saraiva, 2018.

VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral.**5 ed.São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

CERQUEIRA, Thales Tácito. Direito Eleitoral Esquematizado. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 14ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; CHEIM, Flavio Jorge. LIBERATO, Ludgero. **Curso de Direito Eleitoral.** 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

MEDEIROS, Marcílio Nunes. **Legislação Eleitoral Comentada e Anotada.** Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral.** Rio de Janeiro: Impetus, 2018.

23. COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA GERAL DO PROCESSO Carga-horária: 80 horas

Ementa: Direito Processual: conceito, natureza, posição enciclopédica, divisão. Fontes do Direito Processual Brasileiro. Evolução histórica do Direito Processual. A norma processual. Interpretação e integração. Eficácia no tempo e no espaço. Jurisdição. Função jurisdicional. Distinção das outras funções do Estado. Órgãos da função jurisdicional. Organização federal e estadual. Funções não jurisdicionais do poder judiciário. “A Jurisdição voluntária”. O juiz. Estatuto jurídico da magistratura. Órgãos auxiliares da justiça. Ministério Público. O advogado. Estatuto jurídico da advocacia. Competência: conceito, espécies, critérios de determinação. Ação: conceito, natureza jurídica, espécies. Condições da ação. Direito de defesa. Processo: conceito, natureza jurídica, espécies. Processo e procedimento. Princípios informativos. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. O juiz: poderes e deveres. Partes. Capacidade, legitimação. Litisconsórcio e intervenção de terceiros: noções gerais. Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Atos dos órgãos judiciais e atos das partes. Atos postulatórios. Demanda e defesa. Atos de comunicação processual. Cartas. Atos de instrução. Prova: conceito, objeto,

meios, ônus da prova. Valoração da prova. Atos decisórios. Sentença: teoria geral. Coisa julgada: noções gerais. Aspectos econômicos do processo. Custas. Assistência judiciária. Aspectos éticos do processo. Repressão à má fé. Responsabilidade por dano processual.

Bibliografia básica:

ALVIM, Eduardo Arruda. **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil.** 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo.** 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** Teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). Vol. 1.14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro. 4ª** ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Teoria geral do processo.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PINHO, Humberto Dalla B. **Direito Processual Civil Contemporâneo:** Teoria Geral do Processo. Vol. 1. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THAMAY, Rennan; TESHEINER, José Maria Rosa. **Teoria Geral do Processo**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

WAMBIER, Luis Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. 9. ed. São Paulo: RT, 2007. vol. 1.

24. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO EMPRESARIAL Carga-horária: 80 horas

Ementa: Sujeito e objeto do Direito de Empresa e a regulamentação dada pelo novo Código Civil. O empresário. Inscrição. Do registro. Do nome. Dos prepostos. Capacidade. Da sociedade. Sociedade não personificada. Sociedade comum. Sociedade em conta de participação. Sociedade personificada. Sociedade simples. Direitos e obrigações dos sócios.

Dissolução societária. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades ligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Sociedade dependente de autorização. Do estabelecimento. Sociedades de Economia Mista. Sociedades coligadas, controladoras e controladas. Grupos de sociedades. Consórcio. Mercado financeiro e de capitais. Empresas exportadoras. Sociedades multinacionais.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial Direito de Empresa.** 28ª ed.1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CAMPINHO, Sérgio Murilo Santos. **Curso de Direito Comercial:** Direito de empresa. 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NEGRÃO, Ricardo José. **Curso de direito comercial e de empresa:** teoria geral da empresa e direito societário. Vol. 1. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial:** Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2018.

PATROCÍNIO, Daniel Moreira do. **Direito Empresarial.** 2ª ed. São Paulo: Lumes Juris, 2017.

PEDRO, Paulo Roberto Bastos. **Curso de Direito Empresarial.** 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

25. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PREVIDENCIÁRIO Carga-horária: 40 horas

Ementa: Evolução da previdência social no mundo e no Brasil. Sistema de Seguridade Social. A Lei orgânica. Atividades abrangidas pela previdência. Beneficiários. Custeio. Contribuições em favor da Seguridade Social. Prestações concedidas pela previdência. Acidentes de trabalho. Administração e contencioso da previdência social. Disposições penais da previdência social. Regimes previdenciários próprios. Reforma Previdenciária. Regime de Previdência Privada.

Bibliografia Básica:

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios Previdenciários:** Regime Geral de Previdência social. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e Processo Previdenciário.** 10ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática Previdenciária.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

AMADO, Frederico; MACIEL, Carlos Antônio. **Manual prático de cálculos previdenciários.** 2ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário.** São Paulo:Editora Forense, 2018.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 23ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2018.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário.** Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

5º SEMESTRE

26. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL IV (CONTRATOS) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Parte geral do direito dos contratos, numa análise genérica destes, enquanto institutos de direito das obrigações. Início do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise, desde já, de alguns dos vários contratos típicos de Direito Privado.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V.3

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** Contratos e atos unilaterais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V.3.

NERY JR, Nelson e ANDRADE, Rosa Maria. **Código Civil Comentado**. 12ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** contratos: teoria geral. Vol. 4. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

HECKER, Sue. **Código Civil Comentado.** Doutrina e Jurisprudência. Revisada e Atualizada. 12ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** Contratos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas. **Código Civil Comentado.** 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018

SCHREIBER, Anderson. **Equilíbrio contratual e dever de renegociar.** São Paulo: Saraiva, 2018.

27. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PENAL IV – CRIMES EM ESPÉCIE Carga-horária:

80 horas

Ementa: Estuda crimes praticados contra os costumes, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública, compreendendo a análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas. Aborda outras leis penais especiais: tóxicos, imprensa, abuso de autoridade, crimes hediondos, crime organizado, porte de arma, interceptação telefônica.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Parte Especial (arts. 213 a 359-H). Vol. 3. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, Rogério Sanchez. **Manual de Direito Penal: parte especial.** Volume único. 10ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. Vol. 11ª ed.São Paulo: Editora Forense, 2018.

Bibliografia complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal – Parte Especial**. Vol. 2.18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ESTEFAM, André. **Direito Penal:** Parte especial II (arts. 235 a 359-H). Vol. 3. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios**. Direito penal esquematizado**:parte especial. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAULSEN, Leandro. **Crimes Federais.** 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral.** 12ª ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

28. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Direito Processual Civil: características, institutos, princípios. Disposições Gerais do CPC. A jurisdição e a ação. As partes e os procuradores. Competência. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento: Procedimento Sumário.

Bibliografia básica:

ALVIM, Eduardo Arruda e outros. **Comentário ao Código de Processo Civil**. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIDIER JR. Fredie. **Novo Código de Processo Civil. 5ª Ed.** Salvador: Juspodivm, 2018.

PINHO, Humberto Dalla B. **Direito Processual Civil Contemporâneo:** processo de conhecimento, procedimentos especiais, processo de execução, processo nos tribunais e disposições finais e transitórias. Vol. 2. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**.. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. (Orgs) **Comentários ao Código de Processo Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil:** Cognição Jurisprudencial. Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória.Vol. 2. 17ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

29. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO DO TRABALHO I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Direito do Trabalho. Histórico, conceito, denominação, divisão, relações do direito do trabalho com os demais ramos do direito e fontes. Direito Internacional do trabalho. Princípios do direito do trabalho. Direito individual do trabalho. Contrato de trabalho, empregado, empregador, salário e remuneração. Poder de direção do empregador. Equiparação salarial. Política Salarial. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Jornada de trabalho. Direito do trabalhador rural. Consequência da edição do estatuto da terra. Equiparação, após a Constituição de 88.

Conceito de trabalhador rural e suas características. Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017, 13/07/2017.

Bibliografia básica:

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil** com os comentários à Lei 13.467/2017. São Paulo: Ed. Ltr, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT com a Reforma Trabalhista.** Lei 13.467/2017. De 13 de julho de 2017. Comparada e Atualizada. 1ª ed. São Paulo: Método, 2017

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin. **CLT – Comentários À Consolidação Das Leis De Trabalho** - 42ª Ed. São Paulo: Saraiva 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do Trabalho**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito do Trabalho.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Curso do Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

30. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO ADMINISTRATIVO I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Conceito e objeto do Direito Administrativo. Bases Constitucionais do Direito Administrativo. Princípio da legalidade. Norma Jurídico-administrativa. Serviço público. Administração pública. Administração pública direta e indireta. Autarquia. Empresa Pública. Fundações instituídas pelo Poder Público. Entes de cooperação e de colaboração. Concessão de serviço público. Poder de Polícia. Relação jurídica administrativo. Ato administrativo. Legalidade e mérito do Ato Administrativo. Existência, Validade e eficácia do Ato Administrativo. Desfazimento do Ato Administrativo. Licitação.

Bibliografia básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Forense, 2018.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

MARINELA, Fernanda**. Direito administrativo**.12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal**. O direito administrativo na atualidade**. São Paulo: Malheiros, 2017.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Ricardo. DEUS, João de. **Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2017.

ARAÚJO, Edmir Netto. **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

6º SEMESTRE

31. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL V (DIREITO DAS COISAS) Carga-horária: 80 horas

Ementa: A posse e sua classificação. Aquisição. Direito das Coisas: Noções Gerais sobre Direitos Reais; Da Posse; Da Propriedade em geral; Dos Direitos Reais Sobre Coisas Alheias; Dos Direitos Reais de Garantia; Do Direito Real de Aquisição.

Bibliografia básica:

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil.** 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito das coisas. Vol. 4. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil.** 8ª ed. São Paulo: Método, 2017. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito das coisas. Vol. 5 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** Coisas. Vol. 4. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Direito das Coisas.7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro. **Noções fundamentais de Direito Registral e Notarial.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

32. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO AGRÁRIO Carga-horária: 80 horas

Ementa: Teoria. Reforma agrária. Institutos básicos. Imóvel Rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião Especial. Zoneamento e Cadastro. Colonização. Tributação da Terra. Legitimação de Posse. Assistência à Economia Rural. Cooperativismo. Crédito Rural. Águas, Florestas, Caça e Pesca. Proteção ao Meio - Ambiente.

Bibliografia básica:

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro.** 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. OPTZ,

Oswaldo. **Curso completo de Direito Agrário**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. **Curso de Direito Agrário.** 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia complementar:

ROCHA, Ibraim. **Manual de Direito Agrário - Constitucional. Lições de Direito Agroambiental.** 2ª ed. Minas Gerais: Fórum, 2015.

Barros, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário:** Doutrina, Jurisprudência e Exercícios. 9ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

PERES, Tatiana Bonatti. **Direito Agrário.** Rio de Janeiro: Almedina, 2016.

SCAFF, Fernando Campos. **Direito Agrário. Origens, Evolução e Biotecnologia**. São Paulo: Atlas, 2012.

TRENTINI, Flavia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012

33. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II Carga-horária: 80 horas

Ementa: Processo de conhecimento: Procedimento ordinário. Petição Inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença e coisa julgada. Processos nos Tribunais. Uniformização de Jurisprudência. Declaração de Inconstitucionalidade. Homologação de sentença estrangeira. Recursos. Apelação. Agravos. Embargos. Recursos inominados. Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

Bibliografia básica:

ALVIM, Eduardo Arruda e outros. **Comentário ao Código de Processo Civil**. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIDIER JR. Fredie. **Novo Código de Processo Civil. 5ª Ed.** Salvador: Juspodivm, 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** Processo de Conhecimento (2ª parte) e Procedimentos Especiais. Vol. 2 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 59ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia complementar:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAMBI, Eduardo e outros. **Curso de Processo Civil Completo.** Nova Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Curso de Direito Processual Civil Moderno**. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. (Orgs) **Comentários ao Código de Processo Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

34. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO DO TRABALHO II Carga-horária: 80 horas

Ementa: Cessação do Contrato de Trabalho. Aviso prévio. Estabilidade. Indenização. FGTS. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado. Férias. Trabalho da mulher. Trabalho da criança e do adolescente. Assistência na rescisão do contrato de trabalho. Direito coletivo do trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical. Conflito coletivo de trabalho. Negociação coletiva. Convenção e acordo coletivo de trabalho. Greve e *lockout.* Reforma Trabalhista – Le 13.467/2017, 13/07/2017.

Bibliografia básica:

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT com a Reforma Trabalhista.** Lei 13.467/2017. De 13 de julho de 2017. Comparada e Atualizada. 1ª ed. São Paulo: Método, 2017

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual da justa causa.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil** com os comentários à Lei 13.467/2017. São Paulo: Ed. Ltr, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito do Trabalho.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Terceirização no Direito do Trabalho.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NAHAS, Thereza. **Novo Direito do Trabalho Institutos Fundamentais.** São Paulo: RTr, 2017

35. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO ADMINISTRATIVO II Carga-horária: 80 horas

Ementa: Contrato administrativo. Formação do contrato administrativo. Formalização e execução do contrato administrativo. Função pública. Direitos e deveres dos servidores públicos. Extinção da situação funcional. Responsabilidade do servidor público. Responsabilidade civil e penal do servidor público. Responsabilidade civil do estado. Administração pública e o meio ambiente. Controle da adminstração pública. Controle administrativo. Controle legislativo. Controle juridiscional ações especiais. Domínio público. Desapropriação. Desapropriação por interesse social. Limitações administrativas da propriedade. Tombamento. Intervenção do estado no domínio econômico.

Bibliografia básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Forense, 2018.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**.12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. ARAÚJO, Edmir Netto**.Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. **Bibliografia Complementar:**

ALEXANDRE, Ricardo.DEUS, João de.**Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2017.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito administrativo na atualidade**. São Paulo: Malheiros, 2017.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

7º SEMESTRE

36. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL PENAL I Carga-horária: 80 horas

Ementa: Considerações preliminares. O Direito de punir; Pretensão punitiva e lide penal. O processo penal; Direito processual penal; Processo Penal Constitucional; Princípios do processo penal; Fontes do direito processual penal; Aplicação do Direito Processual Penal no tempo e no espaço; Persecução penal; Polícia judiciária; Inquérito policial; Procedimento do Inquérito e seu encerramento.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia Complementar:

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal: Volume único.** 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual penal.** 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MESSA, Ana Flávia. **Curso de Direito Processual Penal.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.**26ª ed.São Paulo: Atlas, 2018.

37. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL VI (FAMÍLIA) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Direito de família. Parentesco. O casamento. Habilitação matrimonial. Os impedimentos matrimoniais. Celebração do casamento. Invalidade do casamento. Efeitos do casamento. Regime de bens. A comunhão universal de bens. A comunhão parcial de bens. O regime de participação final nos aquestros. Separação de bens. União estável. Dissolução da sociedade conjugal. Dissolução do vinculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Relações entre pais e filhos. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Tutela. Curatela. Estudo da família. O casamento. Entidades familiares fora do casamento. Assistência e proteção à família e ao indivíduo.

Bibliografia básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** direito de família. 8. ed.São Paulo: Saraiva, 2018. V. 6.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito de família. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V.5

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil:** famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. VENOSA, Silvio

de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Direito de Família. Vol. 6. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO, Dimas Messias. **Direito das famílias.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil (Direito de Família).**Vol. 5. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – Direito de Família**. Vol. 5. 26ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RANGEL, Rafael Calmon. **Direito das Famílias e Processo Civil:** interação, técnicas e procedimentos. São Paulo: Saraiva, 2017.

38. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III Carga-horária: 80 horas

Ementa: Processo de Execução. A execução em geral: partes, competência, título executivo, responsabilidade patrimonial, liquidação da sentença. As diversas espécies de execução: na legislação codificada e na legislação extravagante. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo. Procedimentos Especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação codificada.

Bibliografia básica:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIDIER JR. Fredie. **Novo Código de Processo Civil. 5ª Ed.** Salvador: Juspodivm, 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** Processo de Conhecimento (2ª parte) e Procedimentos Especiais. Vol. 2.14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

ALVIM, Eduardo Arruda e outros. **Comentário ao Código de Processo Civil**. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** Execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões. Vol.3. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

JARDIM, Augusto Tanger. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Execução**. Vol. 4. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. Cumprimento da Sentença e Processo de Execução. Vol. 2. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil. Execução.** Vol. 3. 16ª ed. Editora Revista dos Tribunais, 2016.

39. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO Carga-horária: 80 horas

Ementa: Princípios do Direito Processo do Trabalho. Características e Competência da a Justiça do Trabalho. O Processo de Conhecimento e os respectivos procedimentos. Os recursos no Processo do Trabalho. A execução no Processo do Trabalho. Dissídio coletivo, ação rescisória e outros procedimentos.

Bibliografia básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **O Processo do Trabalho e a Reforma Trabalhista. As Alterações Introduzidas no Processo do Trabalho Pela Lei N. 13.467/2017.** São Paulo: LTr, 2017

Bibliografia complementar:

MELO FILHO, Hugo Cavalcante; PETRUCI, Fábio**. Direito Material e Processual do Trabalho – Uma interlocução entre o Brasil e a Itália**. Vol. II. Paulo: LTr, 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. (Col. Fundamentos). 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.**5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Fontes e princípios do Direito Processual do Trabalho. De acordo com a Lei N. 13.467/2017.** São Paulo: LTr, 2018.

40. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO FINANCEIRO Carga-horária: 80 horas

Ementa: Atividade Financeira Estatal e o Direito Financeiro. O Direito Financeiro e suas Fontes. Os Direitos Fundamentais e as Finanças Públicas. Princípios Orientadores do Direito Financeiro. Legislação Financeira: Eficácia. Orçamento. A Lei Geral de Orçamento – Lei 4.320/64. A Receita e Despesa Públicas. Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira. As Cortes de Contas e o Banco Central. O Crédito Público. Os Fundos Públicos. A ilicitude Financeira.

Bibliografia básica:

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito Financeiro Esquematizado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 6ª ed. São Paulo: Método, 2017.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio; TONETO JR, Rudinei (Orgs). **Manual de Economia.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SHIPSIDE, Steve. **O Capital de Karl Marx:** uma interpretação prática e moderna. (Col. clássicos do pensamento econômico). São Paulo: Saraiva, 2010

SILVA, César Roberto leite; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados:** introdução à Economia. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** Rio de Janeiro, 19ª.ed, Renovar, 2013.

8º SEMESTRE

41. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Carga-horária: 80 horas

Ementa: Ação Penal. Jurisdição e competência. Ação na teoria geral do processo; Classificação da Ação Penal; Ação penal privada; Questões e processos incidentes: Questões prejudiciais; Exceções; Incompatibilidades e impedimentos; Medidas assecuratórias; incidente de insanidade mental. Prova: Exame do corpo de delito e perícias em geral; interrogatório do acusado; Confissão; Testemunhas; Reconhecimento de pessoas e coisas; Acareação; Busca e apreensão. Sujeitos do processo penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de Segurança.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia Complementar:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal: Volume único.** 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual penal.** 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal.**4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.**26ª ed.São Paulo: Atlas, 2018.

42. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO Carga horária: 40 horas

Ementa: Estudo da comunidade internacional e sua regulamentação jurídica. Noções Gerais sobre as origens do ordenamento jurídico internacional, fontes formadoras e seu posicionamento no sistema brasileiro. Personalidade jurídica internacional. Os conflitos internacionais entre Estados e suas soluções. O domínio estatal e internacional. Estudo dos tratados, suas classificações, adesão e nulidades. As organizações internacionais intergovernamentais. Relações diplomáticas e Consulares. A ONU e as organizações especializadas. A proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente e o indivíduo como sujeito do direito internacional público.

Bibliografia básica:

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 10ª ED. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

VARELLA, Marcelo. **Direito Internacional Público.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público.**14ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

MENEZES, Vitor Hugo Mota de. **Lições Elementares de Direito Internacional Público.** Manaus: Autor, 2002.

NASCIMENTO, Acciolly. **Manual de Direito Internacional Público**. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado:** Incluindo noções de Direito Humanos e Comunitário. 10ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TÁVORA, Fabiano Silva. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2017.

43. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO CIVIL VII (SUCESSÕES) Carga-horária: 80 horas

Ementa: Sucessão. Sucessão *inter vivos* e *mortis causa*. Direito das Sucessões: transmissão da herança e a sua administração. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e vacante. Capacidade para suceder. Excluídos da sucessão. Petição de herança. Sucessão legítima. A ordem de vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento. Público. Cerrado. Particular. O codicilo. Capacidade testamentária. As disposições testamentárias. O testamenteiro. Testamentos especiais. Legados: conceito, características, efeitos e caducidade. Limites à liberalidade testamentária. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. O fideicomisso. Inventário e partilha. O inventariante. Colação. Sonegados. Pagamento das dívidas do espólio. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** direito das sucessões. Vol. 6. 32ª. ed.São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** direito das sucessões. Vol. 7. 5. ed.São Paulo: Saraiva, 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar:

BERENICE DIAS, Maria. **Manual de Direito das Famílias.**12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro*:***direito das sucessões**.** Vol. 7.12ª.ed.São Paulo: Saraiva, 2018.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Calvo do Rego Dabus. **Curso de Direito das Sucessões.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OLIVEIRA, Euclides; AMORIM, Sebastião. **Inventário e partilha:** teoria e prática. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

WALD, Arnold. **Direito das Sucessões.**Vol.. 6.16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

44. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO TRIBUTÁRIO Carga-horária: 80 horas

Ementa: A atividade financeira do Estado e o Direito Financeiro: origem, princípios e a relação com os outros ramos do direito. Ausência de Codificação. Orçamentos: Técnicas de Elaboração. Administração Pública Financeira pela União, Estados e Municípios. Receitas Públicas. Despesas Públicas. A Responsabilidade Fiscal. Introdução ao Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. A Codificação. Tributos: gêneros e espécies. Normas gerais de Direito Tributário. Competência e capacidade tributária. Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Lançamento e crédito tributário.

Bibliografia básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário:** Constituição e Código Tributário Nacional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BALLEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. **Direito Tributário Brasileiro – CTN Comentado.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2018.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, Claudio. **Processo Tributário:** administrativo e judicial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAZZA, Alexandre**. Tributário Na Prática**.5. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2018. SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**.10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário.** 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

45. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV Carga-horária: 80 horas

Ementa: Processo Cautelar. Ações cautelares jurisdicionais e administrativas. Ações cautelares inominadas e inominadas. Legislação Extravagante. Procedimentos Especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação extravagante, tutela antecipada.

Bibliografia básica:

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 2ª ed. Atlas, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**.17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

FILHO MONTENEGRO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol.3. 13ª. ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

Bibliografia complementar:

DIDIER Jr. FREDIE e outros. **Curso de Direito Processual Civil**. 13ª ed. Salvador: Juspodivm 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Curso de Direito Processual Civil Moderno.**3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais**,** 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de**. Direito Processual Civil Contemporâneo. Processo de Conhecimento, Cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3. 51ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil. Processo Cautelar e Procedimentos Especiais - Volume 3**14ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

46. COMPONENTE CURRICULAR: PROPRIEDADE INTELECTUAL Carga-horária: 40

Ementa: Estudo reflexivo do gênero Propriedade Intelectual, do qual são espécies o Direito Autoral e o Direito Industrial. Análise sócio-jurídica da tríplice disciplina legal brasileira (Lei n. 9.279/96, Lei n. 9.609/98 e Lei n. 9.610/98), além das convenções internacionais referentes à matéria. Propriedade Intelectual. Direito de Autor e Direitos Conexos. Propriedade Industrial.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado da Propriedade Intelectual.** Tomo I. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2017.

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado da Propriedade Intelectual.** Tomo II. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2017.

BOFF, Oro Salete e outros. **Propriedade Intelectual: Marcos Regulatórios.** Erechim/RS: Editora Deviant, 2017.

Bibliografia complementar:

INSTITUTO DANNEMANN SIEMSEN DE ESTUDOS JURÍDICOS E TÉCNICOS. **Comentários à Lei da Propriedade Industrial**; Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves. **Patentes, Pesquisa & Desenvolvimento: Um manual de propriedade intelectual**. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2017.

MAZZONETTO, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade Intelectual. Aspecto Estratégico e polêmicos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAESANI, Liliana Minard. Manual de Propriedade Intelectual.2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VARELLA, Marcelo Dias. **Propriedade intelectual e desenvolvimento**; São Paulo: Lex: Aduaneiras, 2005.

9º SEMESTRE

47. COMPONENTE CURRICULAR :ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL Carga-horária: 40 horas

Ementa: Conceito de ética. Objeto. Divisão e relação com as Ciências afins. A Axiologia. Breve história da ética. A bioética. A ética e a profissão. Os deveres profissionais. As relações profissionais. As virtudes básicas e complementares na profissão. A ética e a profissão forense. Os casos do estudante de Direito. Do Promotor de Justiça. Do Juiz. Do Delegado de Polícia. A Ética e o Brasil.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Curso de Ética Jurídica:** ética geral e profissional.14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COELHO, Marcus Vinícius Furtado. **Comentários ao Código de Ética dos Advogados.**2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEGORARO, Olinto A. **Ética dos maiores mestres através da história. 5ª ed.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Bibliografia complementar:

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de Ética geral e profissional**.11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

VIEIRA, Hélio; CERNOV, Zênia. **Estatuto da OAB, Regulamento Geral e Código de Ética. Interpretados Artigo por Artigo.** São Paulo:LTr, 2016.

LANGARO, Luiz Lima. **Curso de Deontologia Jurídica.** São Paulo. Saraiva, 2002. SÁ, Antônio

Lopes de. **Ética Profissional.** São Paulo: Atlas, 2000.

48. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO AMBIENTAL E DA AMAZÔNIA Carga-horária: 80 horas

Ementa: Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Direito Ambiental: Conceito, Fontes, Princípios, Campos de Avaliação. O Direito e os recursos ambientais. Biodiversidade e Patrimônio Genético no Direito Ambiental. Direito Ambiental Comparado. As conferências internacionais sobre o meio ambiente e ecologia. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Meio ambiente. O meio ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Competência da União, Estados e Municípios para legislar sobre o meio ambiente: a legislação do Estado do Amazonas sobre o meio ambiente. Proteção da fauna e do patrimônio florestal. Aspectos jurídicos da poluição. Meio ambiente cultural. Responsabilidade pelos danos ecológicos. O poder de polícia e o meio ambiente na Amazônia. Instrumentos judiciais de tutela do meio ambiente. Problemas específicos do direito ambiental na Amazônia Legal.

Bibliografia básica:

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente.** São Paulo: RT, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENEZES, Vitor Hugo Mota; MENDONÇA, Ruy Marcelo Alencar; BRANDÃO, Julio Cesar Lima. **Estudos de Direito Ambiental**. Amazonas: Editora da universidade Federal do Amazonas, 2007.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Julio Cezar Lima. **Direito Ambiental: o Amazonas em Juízo.** Manaus**:** Editora da Amazônia, 2012.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PINHEIRO, Carla. Direito ambiental. **(Col. Direito Vivo). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.**

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, José Affonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVEIRA, Edson Damas; CAMARGO, Serguei Aily de. **Socioambientalismo de Fronteiras - Biodiversidade e Sociodiversidade na Amazônia Continental.** Editora Juruá, 2012

49. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO Carga-horária: 80 horas

Ementa:. Direito Internacional Privado: Fontes, princípios e conceitos fundamentais do direito internacional privado. Direito Internacional Privado e as disciplinas juridicas afins. Direito uniforne e direito internacional privado. Estrutura da norma do direito internacional privado. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interespaciais. História moderna do direito internacional privado. Comércio internacional. Como compreender o comércio em escala internacional. Lex mercatória. A regulamentação do comércio internacional. Os direitos fundamentais no ãmbito do direito internacional privado.

Bibliografia básica:

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RECHSTEINER, Beat Walter**. Direito Internacional Privado**:Teoria e Prática. 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017**.**

ARAÚJO, Nádia. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

Bibliografia complementar:

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional Privado.** São Paulo: Saraiva, 2018.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito Internacional Privado.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MENEZES, Vitor Hugo Mota de. **Lições Elementares de Direito Internacional Privado.** Manaus: Autor, 2001.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

50. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA SIMULADA I (CÍVEL)

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Trabalhos simulados orientados na prática jurídica civil, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Acompanhamento de Audiências. O processo nos Tribunais. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial e extraordinário. Ação rescisória. Juizado Especial. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos na área civil.

Bibliografia básica:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática Civil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil.** 5. ed. São Paulo: Saraiva 2018.

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar:

BARROS, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. **Prática Processual no Novo Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROCHA, Marcelo Hugo; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Prática Civil.** (Col. Completaço). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. (Orgs) **Comentários ao Código de Processo Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. **O Novo Processo Civil.** 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

51. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA SIMULADA II (TRABALHISTA) Carga-horária: 40 horas

Ementa: Trabalhos simulados na prática jurídica trabalhista forense. Elaboração de peças processuais. Acompanhamento de audiências. Analise de autos findos. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos na área trabalhista.

Bibliografia básica:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática Trabalhista.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 29ª ed.São Paulo: Atlas, 2017. PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.**5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT Comentada.** 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios Previdenciários:** Regime Geral de Previdência social. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. (Col. Fundamentos). 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

REDINZ, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas.** 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho.** 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

52. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA SIMULADA III (TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO)

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica de Direito: Tributário e Administrativo. Procedimentos Administrativos: Notificação. Autos de Infração. Defesas e recursos administrativos. Procedimentos Judiciais: Mandado de Segurança. Informações ao Mandado de Segurança. Ação Declaratória. Ação anulatória. Ação Rescisória. Execução Fiscal. Embargos à Execução Fiscal. Ação de Repetição de Indébito. Exceção de pré- executividade. Recursos: Apelação. Contra-razões de Apelação. Administrativo:Atos administrativos: perfeição, validade e eficácia. Atributos do ato administrativo. Vícios nos atos administrativos.

Bibliografia básica:

CASTARDO, Hamilton. **Direito Tributário na Prática.** 4ª ed. São Paulo: Câmara Brasileira de Livro, 2017.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Direito Tributário.** 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Tributário.** 17ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. MAZZA,

Alexandre. **Tributário naprática**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MOREIRA, Antônio Ricardo. **Prescrição Tributária na Teoria e na Prática:** Alguns Aspectos Polêmicos da Prescrição na Execução Fiscal.São Paulo: Amazon Serviços Ltda. 2017.

PRETTI, Gleibe. **Como elaborar cálculos trabalhistas após a Reforma.** LTr, **2018.**

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Método, 6ª ed. 2018.

53. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA SIMULADA IV (PENAL) Carga-horária: 40 horas

Ementa: Elaboração de peças processuais. Acompanhamento de Audiências. O processo nos Tribunais. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial e extraordinário. Ação rescisória. Juizado Especial. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos na área civil.

Bibliografia básica:

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal.** 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARQUES, Ivan Luiz; AHMAD, Nidal. **Prática penal.** (Col. Completaço). São Paulo: Saraiva, 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MESSA, Ana Flávia. **Curso de Direito Processual Penal.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.**26ª ed.São Paulo: Atlas, 2018.

10º SEMESTRE

54. COMPONENTE CURRICULAR: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Tecnologia e sociedade; sociedade da informação e do conhecimento; tecnologia da informação e comunicação; aplicações da Tecnologia da Informação no Direito. Aspectos sociais, éticos, legais e profissional. Evolução Social e Tecnológica no âmbito jurídico quanto à eficiência administrativa no gerenciamento das TICs, no fazer bem feito, de ter competências e no contínuo investimento em treinamentos/capacitações. Fundamentos jurídicos e os impactos legais da sua utilização pelas pessoas e pelas empresas

Bibliografia básica:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo; CASTRO, AldemarioAraujo. **Manual de informática jurídica e direito da informática.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FORTES, Rafael Costa. **Informatização do judiciário e o processo eletrônico**. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14101&p=2. Acesso em: 19/05/10.

PRIMAK, Fábio Vinícius. **Tecnologias das Informações aplicadas ao Direito.** Editora Ciência Moderna, 2015.

Bibliografia complementar:

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo Judicial Eletrônico.** Curitiba: Juruá, 2009. GRAÇA,

Ana. **Importância das TIC na sociedade atual.** Disponível em: <http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/tic/10importanctic.htm>revist a do tribunal de contas do estado de minas gerais abril | maio | junho 2010 | v. 75 — n. 2 — ano XXVIII

MONTEIRO, Luís. **A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações.** Disponível em: <http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf

PÓVOA, Marcello. **Anatomia da internet: investigações estratégicas sobre o universo.** Rio de Janeiro:Casa da palavra, 2000.

SZYNWELSKI, Cristiane. **A informatização do judiciário brasileiro: experiências e projetos.** Disponível em: http://archiv.jura.uni-sb.de/portugues/biblioteca/szynwelski.htm.

55. COMPONENTE CURRICULAR: TUTELA DOS DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS, INDIVIDUAIS E HOMOGÊNEOS

Carga horária: 80 horas

Ementa: A tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. O Inquérito Civil e a investigação de interesses metaindividuais. O Termo de Ajustamento de conduta e a resolução de conflitos por meio extrajudicial. A ação civil pública: cabimento e objeto (Lei. 7347/85).O Ministério Público e a tutela Coletiva: Atuação e legitimidade. Demais legitimados: A Defensoria Pública. Competência para a ACP. Conexão e Continência. Conflitos e sua resolução. Instrução e Julgamento. Sentença e coisa julgada. Execução e Fundos. Ação de Improbidade. Características e distinções: Lei 8.429/92. Ação Popular (Lei. 4717/65). Mandados de Segurança Coletivo (Lei 12.016/09).

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios Gonçalves. **Tutela de Interesses difusos e coletivos** - Col. Sinopses Jurídicas 26 - 11ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos**. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOUZA, MotauriCiocchetti. **Ação Civil Pública e Inquérito Civil.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva: 2016.

Bibliografia complementar:

ARENHART, Sérgio Cruz. **A Tutela Coletiva de Interesses Individuais**. Para Além da Proteção dos Interesses Individuais Homogêneos. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015**.**

CARVALHO FILHO, José Dos Santos. **Ação Civil Pública** - Comentários por Artigo (Lei nº 7.347, de 24/7/85). Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

DIDIER, Freddie; ZANETI JR., **Hermes. Curso de Direito Processual Civil - Processo Coletivo.** Salvador: JusPodivm, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Abelho. **Fundamentos da Tutela Coletiva**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo - Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos.** 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

56. COMPONENTE CURRICULAR: SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO Carga-horária: 40 horas

Ementa: Mediação transdisciplinar da prática da cultura da paz nas soluções alternativas dos conflitos. Prática do processo de mediação mediante aplicação da teoria do conflito e da teoria dos jogos. Prática das técnicas de mediação e conciliação como abordagem jurídica, psicológica e antropológica. Prática da arbitragem. A advocacia na prática da arbitragem.

Bibliografia básica:

FREIRE, Alexandre. **Arbitragem - Estudos Sobre A Lei Nº 13.129. , de 26-5-2015**.1 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SAID FILHO, Fernando Fortes. **Os mecanismos (não tema mais) alternativos de (re)solução de conflitos: Novas perspectivas acerca da conciliação, mediação e arbitragem.** Novas Edições Acadêmicas, 2016.

GRINOVER, Alda Pellegrini. **A nova ordem das soluções alternativas de conflitos e o Conselho Nacional de Justiça**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Tânia. **Caixa de Ferramentas em Mediação.** São Paulo:Dash, 2014.

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Curso Básico de Direito Arbitral. Teoria e Prática.** 4ª ed**.** Curitiba: Juruá, 2017.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação, Conciliação e Arbitragem.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

TARTUCE, Fernanda. **Meios alternativos de solução de conflitos (FGV de Bolso).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas.** 5ª ed. São Paulo: Método, 2016.

57. COMPONENTE CURRICULAR:PRÁTICA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA I – PAJ (CÍVEL)

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Elaboração de peças processuais. Acompanhamento de Audiências. O processo nos Tribunais. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial e extraordinário. Ação rescisória. Juizado Especial. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos na área civil.

Bibliografia básica:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática Civil.** 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil.** 5ª. ed. São Paulo: Saraiva 2018.

ROCHA, Marcelo Hugo; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Prática Civil.** (Col. Completaço). 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** Teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). Vol. 1. 15ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018..

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado.** 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TARTUCE, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família. Teoria e Prática**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2018.

58. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA II- PAJ (PENAL)

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Aspectos gerais da mecânica forense e dos atos processuais. Peças processuais penais. Exercícios e técnicas de elaboração de peças processuais em seus diversos âmbitos. Simulação de ambiente forense em relação ao papel dos operadores do direito.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. LOPES JR., Aury. **Direito processual penal.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.**26ª ed.São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar:

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal: Volume único.** 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

MARQUES, Ivan Luiz; AHMAD, Nidal. **Prática penal.** (Col. Completaço). São Paulo: Saraiva, 2017.

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para Exame da OAB**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.**26ª ed.São Paulo: Atlas, 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

59. COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA III- PAJ (TRABALHISTA, TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população de baixa renda, conforme regulamento do Núcleo de Prática Jurídica. Acompanhamento de processos; elaboração de petições iniciais; defesas; recursos; realização de pesquisas e demais atividades pertinentes à solução dos casos concretos; conduta profissional do advogado. Trabalhos simulados na prática jurídica trabalhista forense. Elaboração de peças processuais. Acompanhamento de audiências. Analise de autos findos. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos na área trabalhista, tributária e administrativa.

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática Trabalhista.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

REDINZ, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELO FILHO, Hugo Cavalcante; PETRUCI, Fábio**. Direito Material e Processual do Trabalho – Uma interlocução entre o Brasil e a Itália**. Vol. II. Paulo: LTr, 2018.

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.**5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Fontes e princípios do Direito Processual do Trabalho. De acordo com a Lei N. 13.467/2017.** São Paulo: LTr, 2018.

60. COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO Carga-horária:

80 horas

Ementa: Como elaborar uma monografia: aspectos conceituais e técnicos. Orientação para elaboração da monografia conforme regulamento do TCC. Normas para apresentação pública do TCC à banca examinadora.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia:** noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

QUEIROZ, Rafael. **Metodologia Jurídica. Um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso –** Série Gvlaw**.** São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Mário de Souza.***Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese. Uma Abordagem Simples, Prática e Objetiva*** *2ª ed.São Paulo: Atlas, 2014.*

DURAN, Gilbert. **Mito, símbolo e metodologia.** Lisboa: Presença, 1982.

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na Era Digital.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEZZAROBA, Orides; SERVILHA, Cláudia. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica**: técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015.

1.7 Componentes Curriculares Optativos

01 - COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga-horária: 40 horas

Ementa: A teoria da proteção integral. Teoria da situação irregular. Definição de criança e adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Criança e adolescente, condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Da prevenção; Da política de atendimento; Das medidas de proteção; Da prática do ato infracional; Dos direitos individuais; Das garantias processuais; Das medidas sócio-educativas; Da remissão; Das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Do conselho tutelar; Do acesso à justiça; Dos procedimentos e dos recursos; Do Ministério Público; Do advogado; Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos; Dos crimes e das infrações administrativas.

Bibliografia básica:

UNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado Artigo Por Artigo** - 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes**. Rio de Janeiro: Forense. 2018.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente.** 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuo da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência.** 19ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Malheiros, 2005.

NEVES, Gustavo Bregalda e outros. **Eca Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal no. 8.069/1990.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Rideel, 2018.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **O estatuto da criança e do adolescente comentado.** São Paulo: Saraiva, 2006.

2. COMPONENTE CURRICULAR: BIOÉTICA Carga-horária: 40 horas

Ementa: Reprodução humana assistida, seus tipos e particularidades bioéticas; Armazenamento de Embriões Viáveis. Eutanásia, ortotanásia e distanásia. Pesquisa em

Seres Humanos e os Comitês de Ética Médica. Transfusão sanguínea e religião. Erro Médico, mau resultado, iatrogenia. Aids, concursos públicos e solicitação de exame antirretroviral. Transplante; Embrião Humano; Aborto e feto anencefalo. Clonagem terapêutica, transgênicos e Lei de Biossegurança. Relação Profissional x Paciente.

Bibliografia Básica:

BETIOLI, Antônio Bento. Bioética. **A Ética da Vida**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

DINIZ, Maria Helena**. O Estado Atual do Biodireito.** 10. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

GOZZO, Débora; RICARDO, Wilson. **Bioética e Direitos Fundamentais.** São Paulo; Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas. **Curso de Bioética e Biodireito.** São Paulo: Atlas, 2015.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioética. Ponte para o futuro.** São Paulo: Loyola, 2016. SALLES,

Álvaro Ângelo. **Bioética e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Maza, 2009. SGANZERLA, Anor e

outros. Bioética ambiental. Paraná: Editora PUC, 2018.

TALLARICO, Rafael; MARTINS, Gleison José Pereira. **Biotecnologia, Direito e ética**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

3. COMPONENTE CURRICULAR: LÓGICA JURÍDICA Carga-horária: 40 horas

Ementa: Lógica formal (abordagem histórica) e raciocínio jurídico. Dedução, indução, analogia. Introdução à lógica dos enunciados: verdade e validade, operadores lógicos, leis lógicas e regras de inferência. Operadores modais: modalidades aléticas e modalidades deônticas. Argumentação: a lógica analítica e a lógica do razoável; análise lógica e argumentação jurídica, falácias. Lógica Formal e Raciocínio Jurídico.

Bibliografia básica:

ATIENZA, Manuel. **Curso de Argumentação Jurídica** – Coleção Direito, Retórica e Argumentação. Curitiba: Editora Alteridade, 201.

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Roteiro de Lógica Jurídica.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Cleverson Leite e outros. **Aprendendo lógica**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAETANO, Marcelo Moraes; CHINI, Alexandre. **Princípios de argumentação jurídica: a Lógica e a Retórica.** Novas Edições Acadêmicas, 2016.

LEVI, Edward H. Uma introdução ao raciocínio jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica: nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Retóricas.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

4. COMPONENTE CURRICULAR:RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA Carga-horária: 40 horas

Ementa:O Nascimento da Retórica. A Retórica Latina. A Retórica no Século XX. Nova Retórica: Lógica Jurídica. ARetórica como Arte da Expressão. A Invenção Retórica no Processo Judicial. O Exercício Dialético. Invenção eArgumentação. O Gênero Judiciário de Discurso e sua Interdependência com os demais. O papel da persuasãoemocional. O uso da Linguagem. Considerações sobre o Discurso Argumentativo. O Papel da Argumentação naCiência do Direito. Persuasão e Convencimento do Interlocutor. As Técnicas de Argumentação e suas diversasaplicações nos âmbitos Jurídico e Político.

Bibliografia básica

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Direito, Retórica e Comunicação: Subsídios para uma Pragmática do Discurso Jurídico. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

PERELMAN, Chaïm. Retóricas. São Paulo: Martins Editora, 2004.

PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação: a Nova Retórica.Tradução de Galvão, Maria Ermantina de Almeida Prado. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Bibliografia complementar

ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. 4ª edição. Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2017.

HENRIQUES, Antonio. TRUBILHANO, Fabio. Linguagem Jurídica e Argumentação: Teoria e Prática. 5ªedição. GEN/Atlas, 2017.

WARAT, Luís Alberto. O Direito e sua Linguagem. 2ª edição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995.

5. COMPONENTE CURRICULAR:MEDICINA FORENSE

Ementa: Perícia médico-legal. Documentação médico-legal. Auto de corpo de delito. Deontologia médica. Criminalística. Identidade. Identificação. Sangue em medicina legal. Ferimentos, lesões corporais e mortais. Asfixias mecânicas. Tanatologia e sexologia forense.

Casamento e sedução em medicina legal. Estupro. Ultraje público e atentados ao pudor. Transtornos do Instinto sexual. Periclitação da vida ou da classe. Práticas anticoncepcionais. Gravidez e parto em medicina legal. Aborto criminoso. Infanticídio. Toxicologia. Alcoolismo. Criminologia. Psicopatologia forense.

Bibliografia básica:

ALMEIDA JR., A**Lições de Medicina Legal**. 18.ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALVES, Hilário. **Compêndio de Medicina Legal**: São Paulo, 1998.

CROCE, Delton. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva, 6 edição, São Paulo, 2017.

Bibliografia complementar:

FAVERO, Flaminio. **Medicinal Lega**l. Vila Rica: São Paulo, 1991. GOMES, Hélio. **Medicina Legal.**

Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

VEIGA, Hilário. **Compêndio de Medicina Legal.** Ed. Saraiva: São Paulo, 2012.

6. COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA DA RELIGIÃO Carga-horária: 40 horas

Ementa: A disciplina oferece uma introdução e leitura dirigida de textos clássicos da filosofia da religião no Ocidente escritos durante o período moderno. A leitura desses textos terá como seu norte a tentativa de definir com detalhe conceitos-chave tais como “religião” e “filosofia” no pensamento dos respectivos autores, bem como as inter-relações existentes entre os mesmos. Outrossim, buscar-se-á averiguar se os autores atribuem ou não alguma função a concepções metafísicas na sua compreensão da religião, e, caso sim, de que tipo.

Bibliografia básica:

KANT, Immanuel. **A religião nos limites da simples razão**. Lisboa: Edições 70, 1992. (Trad. Artur Morão).

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Trad Paulo César Souza).

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Trad. Joaquim de Carvalho, Joaquim F. Gomes e Antônio Simões).

TILGHMAN, B. R. **Introdução à Filosofia da Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Bibliografia complementar:

DEBRAY, Régis. **Deus: um itinerário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUME, David. **Diálogos sobre a religião natural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Trad. José Oscar de Almeida Marques).

PENZO, Giorgio e GIBELLINI, Rosino (orgs.) **Deus na filosofia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998. (Trad. Roberto L. Ferreira).

SCHAEFFLER, Richard. **Filosofia da religião.**Lisboa : Edições 70, 1992.

GRECO, Carlo. **A experiência religiosa: essência, valor, verdade: um roteiro de filosofia da religião**. São Paulo: Loyola, 2009.

7. COMPONENTE CURRICULAR: DIREITO E LOGOSPIRATARIA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS À PROTEÇÃO JURÍDICA DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA REGIÃO

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Sociedade, Cultura, Direito. Epistemologia jurídica e epistemologia da complexidade. Complexidades sociojurídicas: conhecimentos tradicionais, patrimônio genético e sociodiversidade . Pirataria. Biopirataria. Logospirataria. Alcances e limites do direito frente a logospirataria na Amazônia.

Bibliografia Básica

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

REALE, Miguel. **Direito como experiência: Introdução à epistemologia jurídica.** SP: Saraiva, 2012.

PONTES FILHO, Raimundo P. **Logospirataria na Amazônia.** Lisboa, Portugal: Chiado editora, 2017.

Bibliografia Complementar

BOFF, Salete Oro. **Acesso aos conhecimentos tradicionais: repartição de benefícios pelo "novo" marco regulatório.** Revista Direito Ambiental e sociedade. Caxias do Sul, v. 5, n. 2. 2015 (p. 110-127).

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** 13ª. São Paulo: Cultrix, 2006.

DANTAS, F. A. e NETO, J. S. **A "Commoditização" do Conhecimento Tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org). Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e proposta. 2ª. ed. Manaus: PPGAS-UFAM/NSCA-CESTU-UEA/UEA edições, 2010.

GOMES, Sebastião Marcelice e CHAVES, Maria do P. Socorro R. **Patrimônio genético: implicações jurídicas relativos ao direito de acesso.** In: FILHO, Guajarino *et al.* Biotecnologia e (Bio)Negócio no Amazonas. Manaus: Edua, 2015.

SHIVA, Vandana. ***Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

8. COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO AO CRISTIANISMO E À COSMOVISÃO REFORMADA

Carga-horária: 40 horas

Ementa: Estudo da relevância e contribuições do cristianismo para a sociedade atual. Reflexão de questões éticas contemporâneas: Direitos humanos, biodiversidade, questões sociopolíticas, psicossociais, culturais, educacionais e profissionais. Discussão sobre os direitos fundamentais assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Bibliografia básica

BIBLIA SAGRADA.

QUARESMA, Ruben de Azevedo. **Ética, direito e cidadania: Brasil sociopolítico e jurídico atual**. Curitiba : Juruá, 2008.

MORELAND, J.P.; CRAIG, William lane. **Filosofia e Cosmovisão Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

Bibliografia complementar

FRESTON, Paul. **Evangélicos na Política Brasileira: História Ambígua e Desafio Ético**. Curitiba, PR.: Encontrão Editora, 1994.

SCHAEFFER, Francis. **Como Viveremos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio**. Ética jurídica**. São Paulo: Desafio Cultural, 2002. 413 p.

SCHAEFFER, Francis. **Poluição e a Morte do Homem**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003

9. COMPONENTE CURRICULAR: CRISTIANISMO, DIREITO E JUSTIÇA Carga-horária: 40 horas

Ementa: Estabelecer a conexão entre a filosofia judaica-cristã, o Direito e a Justiça, buscando extrair da própria proposição temática o conteúdo que deve nortear as relações entre os indivíduos na vida em sociedade, de modo que as crenças que são professadas sejam identificadas com o próprio Direito, especialmente com os ditames da Constituição da

República, de 1988, ao manter o Brasil como Estado Laico e não ateu. A relevância do cristianismo na sua amplitude social revela a importância de a Sociedade pautar-se dentro de um Estado de Direito e, para isso,a tolerância recíproca entre os indivíduos que professam crenças distintas apresenta-se como fundamento para que a Justiça possa estabelecer-se como paradigma para a boa relação com o Direito, tomando-se como norte a alteridade.

Bibliografia básica

CALVINO, John. **As Institutas ou Instituição da Religião Cristã.** São Paulo: Ed . Cultura Cristã, São Paulo, 2006.

CRISTOVAM, Aloísio. **A liberdade de organização religiosa e o Estado laico brasileiro**, , Ed. Mackenzie, São Paulo, 2007.

BIÉLER, André. **O Pensamento social e econômico de Calvino.** São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2012.

Bibliografia Complementar:

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Direito e Cristianismo: temas atuais e polêmicos**. São Paulo: Editora Betel, 2014.

ALTAFIN, Juarez. **O Cristianismo e a Constituição.** São Paulo: Del Rey, 2007.

BERTHIER, Rene. **Justiça e Direito: Uma abordagem libertária.** Rio de Janeiro: Expressão da arte, 2012.

ALBERTON, Genaceia da Silva. **Laicidade na relação Igreja-Estado e o Acordo Brasil- Santa Sé.** São Paulo: Prismas Editora, 2015.

10. COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS Carga Horária: 40h

Ementa: História da surdez e dos surdos. Abordagens na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. A linguagem viso-espacial da criança surda. Língua de Sinais Brasileira: peculiaridades e estrutura gramatical. O uso da Língua de Sinais segundo a legislação brasileira. Noções de LIBRAS

Bibliografia Básica:

TREVISAN, Patrícia Farias Fantinel. **Língua de sinais.** Manaus: Valer, 2008.

SÁ, Nídia Regina L. de. (Org.) **Surdos qual escola? Manaus**: Editora Valer, 2011.

LODI, Ana Claudia B. (Org.) **Uma escola, duas línguas letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010

Bibliografia Complementar:

SA, Nidia Regina L. De. **Surdos na escola. Manaus**: Valer, 2011. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola. 3.ed.Porto Alegre:Mediação, 2010.

ROJO, Roxane. **Letramento múltiplo, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola editorial, 2009. SKLIAR, Carlos (Org). Um olhar sobre as diferenças. 6ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto. **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação,2009.

1.8 Metodologia

O processo metodológico na Faculdade Boas Novas no interior de seus cursos de graduação considera como balizador suas políticas de ensino e assim a sua concepção de como a aprendizagem acontece assim como qual o papel do estudante e do professor neste percurso. Assim entendemos que com as mudanças sociais decorrentes do novo contexto tecnológico e informacional, se faz imprescindível que o caminhemos rumo a metodologias ativas, criativas e inovadoras por serem estas fundamentais para uma aprendizagem bem sucedida e significativa, possibilitando criar condições que desafiem o estudante através de atividades da qual o mesmo seja o protagonista na construção do conhecimento, junto com o professor como mediador do processo. Jogos que possam conduzir às competências necessárias para implementar teoria e prática, que agreguem novas informações e a participação em grupos, proporcionando estímulo e conduzindo o futuro profissional ao hábito do dinamismo, interação e criatividade, utilizando tecnologias adequadas, sendo o sujeito ativo no processo de aprendizagem.

As atividades de ensino e aprendizagem serão sempre que possível desenvolvidas no laboratório didático/sala laboratório para que tanto em grupo, quanto individualmente o estudante resolva situações problemas objetivando uma ampla reflexão sobre as problemáticas sociais atuais, ou mesmo desenvolvendo projetos para contribuir com melhorias dessas condições. Destaca-se também a relevância de avaliar continuamente o avanço dos estudantes em relação a apreensão dos conteúdos de cada unidade, contando com o auxílio tecnológico na construção do conhecimento.

Metodologias como, a sala de aula invertida, em que o professor envia previamente o material de apoio, na qual o discente estuda o conteúdo antes da aula e responde as questões em ambiente virtual e interativo, o que irá fornecer um retorno ao docente, bem como, o embasamento dos pontos fracos, de forma que ele possa investir especificamente nas dificuldades detectadas nas respostas.

Outra possibilidade metodológica é o hibrido que trabalha a problematização, estimulando a pesquisa e a transposição do conhecimento para problemas reais. O discente

escolhe um problema real de sua comunidade ou região para trabalhar os temas de acordo com os conteúdos estudados no período desenvolvendo uma problematização e/ou um projeto. Ainda na trajetória das metodologias ativas podemos citar a aprendizagem por pares, ou times, que consiste em atrair a atenção dos discentes com o objetivo de aumentar a produtividade na sala de aula, aumentando também o nível de interesse dos alunos, uma vez que é realizado a discussão dos conteúdos nos grupos.

As metodologias ativas serão incluídas no processo de avaliação, de acordo com os conteúdos previstos no plano de ensino dos componentes curriculares. Essas metodologias cumprem a finalidade de detectar e suprir as fragilidades do processo de ensino- aprendizagem no decorrer do semestre e não somente nas avaliações previstas pela Instituição, realizadas individualmente.

No percurso metodológico a questão da aproximação dos estudantes do curso de direito com uso das tecnologias da informação e da comunicação se dará pelo uso nos componentes curriculares da interação mediada por tecnologia.

Este processo de familiarização dos estudantes com as possibilidades metodológicas utilizadas na Educação a Distância acontecerá em todas as unidades curriculares considerando que a carga horaria é computada em hora-relógio de acordo com o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e Resolução CNE/CES 3/2007, assim sendo em cada componente curricular utilizaremos 20% da carga horaria prevista em atividades totalmente a distância através do SISCONTENT (ícone de interação virtual dentro do portal acadêmico), com a seguinte organização:

- **Componente Curricular de 40h -** 7h de atividades mediadas por tecnologia;
- **Componente Curricular de 80h –** 14h de atividades mediadas por tecnologia;

As atividades desenvolvidas pelo docentes serãosupervisionadas pela coordenação do curso e dialogam diretamente com a escolha por metodologias em que o estudante é sujeito ativo da aprendizagem, assim através das horas em cada componente dedicados ao ensino mediado por tecnologia o professor poderá utilizar- se por exemplo de vídeos seguidos por questões problematizadoras para posteriormente serem discutidas em sala de aula, assim como abrir fóruns de discussões a partir de problemáticas da atualidade ou até mesmo atividades de fixação das unidades curriculares para sanar dúvidas a respeito dos temas discutidos em sala de aula.

As atividades desenvolvidas por mediação tecnológica nos componentes curriculares devem obrigatoriamente ser desenvolvidas dentro do Ambiente Virtual indicado pela Faculdade Boas Novas- FBN e devem ser previstas no plano de ensino e registradas no programa da disciplina que faz parte do diário eletrônico no portal acadêmico da IES.

1.9 Estágio Supervisionado

O Estágio será realizado na própria instituição através do Laboratório de Conciliação, Mediação e Arbitragem com estrutura, operacionalização e regulamentação própria.

Nesse sentido, a Faculdade Boas Novas- FBN pretende fortalecer o Laboratório e expandir o atendimento à sociedade através dos seus discentes ao estabelecer uma central na sua sede e uma extensão do Laboratório em cada uma das zonas geográficas na cidade de Manaus, quais seja, Norte, Sul, Leste e Oeste. Quanto aos convênios com outros órgãos pretende instalar um Centro de Mediação e Arbitragem/CMA em convênio com órgãos como o Judiciário, Defensoria Pública e outros órgãos. De forma que as atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com as competências gradualmente construídas pelo discentes, na forma definida na regulamentação do Laboratório, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das carreiras contempladas pela forma jurídica.

O planejamento das atividades desenvolvidas no Laboratório e CMA levará em conta práticas de negociação, mediação e suas modalidades, conciliação, arbitragem e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Tanto o Laboratório quanto o CMA serão devidamente regulamentados.

Os estagiários deverão estar matriculados no componente curricular de Prática de Assistência Jurídica. O discente voluntário para a obtenção de aproveitamento de estudo, deverá matricular-se regularmente em Prática Simulada. Todos os discentes deverão ser acompanhados por professor orientador.

Os discentes poderão realizar parte dos estágios em instituições, entidades e escritórios de advocacias, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação do Estágio.

2ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do egresso, possibilitando ao aluno desenvolver, enriquecer e aplicar conhecimentos adquiridos ao longo da participação em atividades interna e externas,

ampliando e solidificando as bases do conhecimento construídas ao longo da formação acadêmica.

Seu propósito é dotar o acadêmico de conhecimentos que o capacite a desenvolver e ampliar suas habilidades e competências em torno de atividades e ações que possam ir de encontro ao perfil de sua formação, garantindo respaldar o arcabouço de conhecimentos adquiridos, e convoque o estudante a aplicá-los na execução de ações e serviços com qualidade, firmados nos princípios éticos que regulamentam a sua profissão.

Nesse sentido, as Atividades Complementares a serem desenvolvidas nos cursos de graduaçãoda Faculdade Boas Novas, estão caracterizadas como semanas de estudos realizadas na instituição com o intuito de aprimorar as suas atividades acadêmicas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades complementares levarão ainda em conta as realidades do mercado de trabalho local e regional, incluindo: extensão, monitoria, visitas técnicas em empresas afins, iniciação científica, projetos de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, estágios curriculares não obrigatórios e outras definidas no plano acadêmico do curso. Várias atividades são desenvolvidas em ações e eventos comunitários com prestação de serviços a sociedade Amazonense.

As Atividades Complementares constituem-se componentes curricular obrigatório do Curso de Direito, como os seguintes objetivos:

I - Enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, por meio de uma formação profissional e social, ampliando os horizontes do conhecimento para além da sala de aula;

II - Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais nos mais diversos contextos da sociedade;

IV - Aprofundar os procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e intervenção.

V – Promover a transdisciplinaridade entre os diversos saberes, adquirindo competência para selecionar, avaliar de forma adequada problemas em diversos contextos de investigação da ação profissional, no decorrer dos semestres;

VI - Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;

VII - Encorajar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências fora do ambiente institucional, garantindo a reflexão crítica do conhecimento, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em

direito. Assim, as atividades complementares obedecerão a regulamento próprio e serão classificadas em:

I- Atividades de Ensino

II- Atividades de Extensão; e

III- Atividades de Iniciação Cientifica.

As Atividades Complementares estão organizadas nos três eixos acima mencionados e descritos no regulamento em anexo. O acadêmico deverá fazer suas escolhas e observar que o cumprimento das 180 h previstas para o curso de direito se dará pela participação em pelo menos dois destes eixos, visto que a carga horária de atividade não significa o aproveitamento total da mesma, devendo ser observado o que prevê o regulamento.

A integralização das Atividades Complementares é condição necessária para a sua terminalidade da formação profissional e deverá ocorrer durante o período em que o aluno estiver regularmente matriculado. Tomando-se como premissa, para a formação acadêmica, a imprescindível articulação entre teoria e prática na construção de uma visão humanista, ampla e global a respeito da profissão escolhida, assim as ações visam oportunizar a comunidade acadêmica, situações que permitem a participação e a contribuição social, dentro do contexto sócio histórico e cultural da realidade amazônica.

3TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso em consonância com o que prevê o art. 10 da Resolução CNE/CES n° 9, de 29 de Setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais- DCN´s do Curso de Direito é **componente curricular obrigatório** que deve ser desenvolvido **individualmente** a partir de conteúdos e regulamento definidos pelas Instituições de Ensino Superior -IES e aprovados pelo colegiado do curso e fixado no Projeto Pedagógico.

O Trabalho de Conclusão de Curso objetiva contribuir para a pesquisa acadêmica interdisciplinar sobre temas pertinentes aos conteúdos previstos nos componentes curriculares, bem como propiciar a demonstraçãodo grau de habilidades adquiridas pelo estudante, como o aprofundamento temático, o estímulo à consulta bibliográfica especializada, a produção científica e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica do Direito, além de proporcionar ao bacharelando de Direito a especialização em áreas do curso jurídico e a investigação doutrinária, jurisprudencial e de campo, atividade científica necessária a seu futuro exercício profissional.

Nessa esteira, o Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de uma **Monografia Jurídica**, em qualquer ramo do direito, de conteúdo interdisciplinar do curso.

Importa destacar, que a defesa de Monografia Jurídica perante Banca Examinadora éatividade obrigatória para conclusão do curso jurídico de todos os estudantes matriculados. O TCC será desenvolvido sob a orientação de um Professor Orientador escolhido entre docentes da Faculdade Boas Novas, podendo excepcionalmente, o Orientando contar com a colaboraçãode profissional que não faça parte do Curso de Graduação em Direito da Instituição, oumesmo que não tenha vínculo com a Instituição, atuando como Professor Colaborador doProfessor Orientador, sem qualquer vínculo subordinativo ao presente
trabalho, nos termos e critérios do regulamento próprio para esta atividade.

O Orientando deverá elaborar seu projeto de Monografia Jurídica de acordo comas normas emanadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso e com as orientações do Professor Orientador, cuja defesa perante Banca Examinadora será realizada em sessão pública e, anualmente, a coordenaçãopoderá promover uma Mostra Interna dos Trabalhos apresentados e melhor avaliados no ano.

Os requisitos, critérios e tipicidades do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito desta Instituição serão normatizados em regulamento próprio.

4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Processo de ensino e aprendizagem na Faculdade Boas Novas- FBN é sistematicamente acompanhado através dos planos de ensino, dos programas, dos instrumentos utilizados para avaliar a aprendizagem, assim como a análise qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos em cada componente curricular no que diz respeito aos índices de aprovação, retenção e evasão.

Assim a avaliação do processo de ensino-aprendizagem aponta para a necessidade de práticas avaliativas que tenham estreita relação com o perfil de egresso que o curso deseja formar, evitando assim procedimentos excludentes e de controle e aproximando-se de práticas significativas a formação do estudante, não devendo incidir sobre elementos a serem memorizados, mas na construção de competências e habilidades que permitam a reflexão sobre o conhecimento, assim como questiona-lo e reconstruí-lo do ponto vista cientifico, metodológico e político.

Desta maneira na Faculdade Boas Novas a avaliação da Aprendizagem não tem por intenção avaliar apenas o conhecimento, mas a capacidade de utiliza-lo e ainda de dialogar de forma inter e transdisciplinar na busca de soluções para os problemas propostos.

Avaliar competências e habilidades dos alunos significa verificar não apenas se adquiriram os conhecimentos necessários, mas também se, quando e como fazem uso deles para resolver situações problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Assim a avaliação é realizada mediante critérios explícitos, compartilhados com os alunos, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso.

O Processo de Avaliação da Aprendizagem conforme Regimento Interno da Faculdades Boas Novas acontece através da composição de **três médias parciais** que somadas e divididas por três devem ter como resultado **média final igual ou superior a 7,0 (sete).**

Na **Primeira Avaliação do Rendimento da Aprendizagem-ARE** o estudante será avaliado por dois ou mais instrumentos incluindo entre eles uma prova individual;

Na **Segunda Avaliação do Rendimento da Aprendizagem- ARE** o estudante será avaliado individualmente através de uma prova integradora composta por20 (vinte)questões subjetivas (organizadas em questões de resposta única, múltipla escolha, asserção ou razão e interpretação) e 5 discursivas;

Na **Terceira Avaliação do Rendimento da Aprendizagem-ARE** o estudante será avaliado por dois ou mais instrumentos incluindo entre eles uma prova individual;

Será considerado **aprovado** o estudante que **obtiver média final** igual ou superior a 7,0 (sete).

Além do rendimento escolar é considerado como critério para aprovação do estudante dos cursos presenciais a frequência mínima de 75%(setenta e cinco).

No caso do estudante que por motivo justificado não comparecer para a realização das atividades avaliativas propostas, será concedido o direito de realização da mesma, desde que requeira no prazo de 48h a contar da data de realização da atividade conforme calendário acadêmico.

5 APOIO AO DISCENTE

O Apoio ao Discente será desenvolvido através do Sistema de Acompanhamento ao Discente- SAD que através do Núcleo de Apoio ao Discente- NAD oferecerá aos estudantes o acompanhamento e orientações que contribuirão com o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo assim o sucesso acadêmico.

Para o efetivo desenvolvimento das ações do NAD, a relação de parceria com a coordenação dos cursos e com as coordenações de extensão e iniciação a pesquisa serão fundamentais, visto que é função do NAD desenvolver um Sistema de Acompanhamento ao Discente – SAD que se inicie com o acolhimento inicial do estudante calouro e se estenda por toda a trajetória acadêmica, contribuindo desta maneira com a redução dos índices de retenção e abandono, favorecendo assim a permanência do estudante ao curso escolhido de maneira exitosa através das seguintes atividades:

• Programas de Nivelamento;

• Orientação Profissional;

• Acompanhamento aos estudantes com necessidades especiais;

• Apoio Psicopedagógica;

• Iniciação Científica;

• Monitoria;

• Estágio Curricular Não Obrigatório;

• Representação Estudantil nos colegiados e conselho acadêmico;

• Intercâmbio Nacional e Internacional;

• Cursos livres de qualificação profissional

6 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

6.1 Gestão do Curso

A Gestão do curso se articula à proposta de gestão institucional tanto em seus aspectos filosóficos, cuja matriz está pautada na formação integral da pessoa humana, bem como procurando priorizar projetos que contemplem uma presença significativa na comunidade.

No processo de gestão do curso o Núcleo Docente Estruturante- NDE tem papel fundamental na garantia de uma gestão democrática e participativa, onde as tomadas de decisões e o planejamento das atividades são concebidas a partir de uma ação coletiva que termina por se consolidar no colegiado de curso.

6.2 Processos de Avaliação Interna e Externa do Curso

A Gestão do Curso de Direito deverá considerar em seu plano de ação os processos de avaliação interna e externa a que o curso é submetido, de maneira diagnóstica e formativa, sempre no sentido de aperfeiçoar os procedimentos desenvolvidos na instituição, melhorar o processo de ensino-aprendizagem e de empregabilidade dos egressos.

Neste sentido no processo de **avaliação interna** serão considerados:

1. Os resultados apresentados pela Autoavaliação Institucional realizada pela CPA;
2. Os relatórios dos encontros mensais a serem realizados entre a coordenação do curso e os representantes das turmas.

No processo de **avaliação externa** do curso serão utilizados como indicadores os dados obtidos através:

1. Os resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes -ENADE;
2. O índice de classificação dos egressos no Exame da Ordem dos Advogados – OAB

O processo de avaliação do curso de direito da Faculdade Boas Novas acontecerá de maneira sistemática e envolverátodo o seu corpo docente e a representação discente e os resultados serão semestralmente discutidos com a comunidade acadêmica.

6.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

A Faculdade Boas Novas utiliza a plataforma Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O Moodle conta com um layout responsivo, essa funcionalidade possibilita aos estudantes conectarem- se ao curso por meio de dispositivos móveis (*tablets* e *smatphones*). Essa ampla possibilidade de acesso está em consonância com a proposta didático-pedagógica da Instituição para as disciplinas dos cursos que parcialmente ou em sua totalidade utilizam-se da mediação tecnológica, no sentido de facilitar processos de estudo, atualização das informações do AVA e participação no curso, na medida em que o estudante possa estabelecer diferentes rotinas de estudo, contando com essa diversidade de acessibilidade ao AVA.

Quaisquer necessidades de aumento de capacidade técnica de aplicação, como processador, memória, disco rígido ou banda de internet, deverão ser disponibilizadas imediatamente pela empresa de hospedagem, no momento do acesso de estudantes, conforme contrato de segurança e disponibilidade estabelecido com a prestadora de serviços.

As ferramentas para interação assíncronas disponíveis no AVA são os avisos, os fóruns eletrônicos, os blogs e as mensagens, ficando todos eles registrados no AVA. Para a interação síncrona, o AVA conta com a ferramenta de chat; ela permite o diálogo em tempo real entre os participantes do processo de ensino e de aprendizagem.

Por meio do fórum e da mensagem, o estudante pode tirar dúvidas, mantendo contato direto, quer com seus colegas quer com o professor-tutor. Ao permitir a interação sem que os participantes estejam conectados ao mesmo tempo, essas ferramentas são vantajosas, uma vez que permitem o desenvolvimento de um tema de discussão por vários participantes, respeitando o ritmo e a disponibilidade de cada um. O estudante pode ter acesso a discussões a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer dia da semana, otimizando seu tempo de estudo.

A ferramenta de mensagem, por outro lado, além de ser um canal de comunicação seguro, uma vez que toda a interação fica registrada no ambiente, permite ao aluno desfazer dúvidas mais gerais sobre a disciplina e/ou curso ou, mesmo, apresentar questões de âmbito mais individual, conduzindo-as ao interlocutor mais apropriado.

Entre a ferramenta interação síncrona está o chat, que elimina a questão de sincronicidade e de distância geográfica entre os integrantes do AVA. O *chat* permite uma interação em tempo real, sendo sua maior vantagem o contato direto entre professor-tutor e estudantes para atender às suas dúvidas mais pontuais ou aprofundar algum tema da disciplina, propondo uma discussão ou resolução de problemas, visando à construção do conhecimento de maneira colaborativa.

6.7 Tecnologias da Informação e Comunicação no Processo de Ensino-Aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação -TICS são uma parte do processo e sua presença e seus ensinamentos em sala de aula, são fundamentais para uma aprendizagem significativa.

O desenvolvimento rápido das tecnologias da comunicação e da informação tem colocado à disposição dos professores e das Instituições de ensino novas possibilidades, oferecendo- lhes mais oportunidades no que diz respeito ao processo de ensino.

O manejo das tecnologias tem exigido dos professores uma preparação e atualização com intuito de fornecer as ferramentas para motivar o estudante e ajudá-lo a produzir seu

conhecimento. O contato com essas novidades amplia o horizonte dos educadores contribuindo para uma prática mais prazerosa, envolvente e dinâmica.

Este processo implica o desenvolvimento de competências docentes que viabilize tal propósito, sublinhando o papel das instituições de ensino neste processo.

O professor possui várias opções metodológicas, de possibilidades de organizar sua comunicação com os alunos, de introduzir um tema, de trabalhar com o aluno, presencial e virtualmente, de avaliá-los.

> Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/ grupal e as de comunicação audiovisual/ telemática (MORAN, 2000, p. 137)

Com a Internet surge a oportunidade de mudança na forma de ensinar, seja ela na forma presencial como à distância. São muitas as possibilidades: inicialmente torna-se necessário estabelecer uma relação harmoniosa com os alunos. A preocupação com a qualidade da relação entre professor e alunos é fundamental ao sucesso pedagógico.

Muito importante é descobrir as habilidades de cada aluno, assim a construção da aprendizagem se dá de forma mais rica. É importante mostrar aos alunos que as mídias são um suporte para que o aprendizado ocorra de forma mais prazerosa e interessante.

Os sistemas e ferramentas informatizados são mais do que simples veículos de transmissão de informações porque transcendem os convencionais dispositivos e espaços de comunicação, e oferecem maior poder de interação entre os participantes dos processos comunicativos.

As TICS são facilitadoras do processo ensino-aprendizagem.

> [...] que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, tele presença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos) (LÉVY, 2000, p.157)

Nesta perspectiva as TICS devem estabelecer uma inter-relação entre os objetivos de ensino e as práticas pedagógicas do professor, exigindo do mesmo uma prática criativa e inovadora, onde seu papel seja de mediador da aprendizagem e o estudante o protagonista do processo.

Assim o uso das TICS na FBN está relacionado diretamente com as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem previstas no PPC do curso e as mesmas favorecem a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre os sujeitos do processo, assegurando o acesso a materiais didáticos e possibilitando experiencias diferenciadas de aprendizagem a partir da utilização das TICS.

II- CORPO DOCENTE

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE foi instituído pela Portaria No 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

Neste instrumento legal, em seus artigos 2. °, inciso IV, referente á autorização de cursos de Medicina, e 3. °, inciso II, referente à autorização de cursos de Direito, o NDE é caracterizado por ser "responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso -PPC, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores:

a) com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;

b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e

c) com experiência docente"

Para a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior -CONAES a Portaria No 147/2007 traz à tona um conceito que a partir de uma perspectiva de uma gestão compartilhada e assim democrática poderá contribuir de forma efetiva com a melhoria do processo de concepção e implementação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, como também no desenvolvimento contínuo do mesmo, com vista a sua consolidação.

Ainda de acordo com a CONAES através da Resolução No 1 de 17 de junho de 2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante, em seu art. 1º e parágrafo único:

> O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Ou seja, o NDE do curso formado é a partir de um grupo de professores que podem ser considerados como referencias na sua área de atuação, tanto para os demais docentes

como para os estudantes, e trazem para si a responsabilidade de coletivamente construir a identidade do curso.

Na Faculdade Boas Novas os NDEs dos cursos têm seu início desde a concepção dos mesmos garantindo assim que seja o resultado de uma construção coletiva, evitando assim a superposição de áreas do conhecimento e garantindo um olhar inter e multidisciplinar sobre o currículo.

O NDE é composto por 5 docentes com formação stricto senso, em regime de contratação parcial ou integral, tendo como presidente o coordenador do curso.

Tomando por base a Resolução No 1 de 17 de junho de 2010 da CONAES em seu art. 2º, a FBN define como atribuição dos NDE´s dos seus cursos:

I- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
II- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
III- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
IV- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Assim atuarão os NDE´s dos cursos de graduação no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica na área de conhecimento a que está vinculado o curso, buscando conhecer novas práticas de ensino e o impacto das mesmas nos processos de aprendizagem e por consequência nas concepções de avaliação adotadas na IES e de como estas impactam no desempenho do estudante. Por fim deve ainda o NDE considerando as demandas do mercado de trabalho buscar adequar o perfil de formação dos estudantes as necessidades atuais, favorecendo assim a empregabilidade do egresso.

2.2 Regime de trabalho do coordenador de curso

Na Faculdade Boas Novas- FBN, considerando as demandas de atendimento aos estudantes e docentes, assim como a participação no colegiado e NDE do curso, além do Conselho Acadêmico Superior e as atividades inerentes a gestão pedagógica do curso, o coordenador é contratado em regime de trabalho de tempo integral.

2.4 Corpo docente: titulação

A seleção dos professores é realizada considerando a relação entre a unidade curricular e a formação e experiencia docente na área do conhecimento. A seleção em três etapas:

1ª – Analise Curricular; 2ª – Prova Didática e 3ª – Entrevista.

O corpo docente do curso é composto em sua totalidade por professores com titulação stricto senso e mais de 3 anos de experiência em docência superior, conforme analise descrita no item 2.7 deste Projeto.

2.5. Regime de Trabalho do Corpo Docente

O regime de trabalho dos docentes está organizado de 3 formas:

1- **Professor Horista**: com carga horária de acordo com os componentes curriculares que se compromete em trabalhar, desenvolve apenas atividades de ensino;
2- **Professor Parcial**: com carga horaria de 20h, desenvolve ensino, iniciação a pesquisa ou extensão;
3- **Professor Integral**: com carga horária de 40h, desenvolve ensino, iniciação a pesquisa ou extensão

O regime de trabalho docente além das atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão, deve possibilitar o atendimento aos estudantes, participação no NDE ou colegiado de curso, planejamento das aulas, preparação e correção das atividades avaliativas.

As atividades dos docentes em regime parcial ou integral devem ser registradas através do Plano Individual de Trabalho - PIT e do Relatório Individual de Trabalho – RIT.

2.6. Experiência do Professor: exercício profissional e docência superior

Na seleção do docente a 1ª etapa trata da analise curricular que considera a experiencia profissional do professor na área do conhecimento do curso em que o mesmo irá atuar, assim como o exercício na docência superior, pois a Faculdade Boas Novas- FBN entende que a experiencia profissional do docente favorece seu diálogo com a realidade em que o egresso irá atuar, permitindo que a partir desta experiencia possa construir exemplos, cases e outras atividades que tornem o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e próximo da realidade do mercado em que o egresso irá atuar, assim como a experiencia no exercício da docência no ensino superior favorece a gestão da sala de aula.

2.7 Analise descritiva do quadro docente do curso de direito

I- DESCRIÇÃO: experiência profissional, atividades profissionais na área ou em áreas afins e titulação

1. **Alichelly Carina Macedo Ventura - Mestra** em Direito Ambiental; Mestrado em andamento - Direitos Humanos; Especialista em Direitos Humanos; Especialização em Mujeres y el Derecho Internacional de los Derechos. Graduada em Direito. Experiencia de 11 anos na docência superior e 2 anos como Membro da Comissão Especial de Direito das Águas – CEDA. A Formação acadêmica e humanista aliada à docente junto com a experiencia profissional alinhado com o perfil do egresso dão a mesma as necessárias habilidades para ministrar o componente de **Direitos Humanos**.
2. **André Cheik Bessa - Mestre** em Direito; Especialista em Direito Civil e Processual Civil; Graduação em Direito e em Ciências Econômicas. Experiencia docente no ensino superior de 17 anos e 24 anos como Procurador Federal. A formação acadêmica e rígida formação cristã (católico) e a experiencia na docência superior e como procurador federal, habilitam ao docente, na linha do do perfil do egresso, que o habilita para ministrar a disciplina **Direito Civil I, II e III e Direito Empresarial.**
3. **Carlos Alberto Alencar de Andrade-Mestre** em Sociologia; Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos; Especialista em Direito Penal e Processo Penal; Graduado em Direito e em Economia. Experiencia de 11 como docente do ensino superior e 15 anos como delegado. A formação acadêmica junto a experiencia no ensino superior e como delegado e humanista dão ao docente as habilidades necessárias para ministrar o componente de **Constitucional I, II e Sociologia Jurídica.**
4. **Cleísa Elena Cabral Bessa** - **Mestrado** em Economia; Curso de Aperfeiçoamento em Curso Intensivo de Teoria Econômica; Graduada em Direito e Economia. Experiencia de 12 anos como docente e 15 anos em consultorias e cargos de coordenação de curso. A formação acadêmica da docente, aliada a experiencia de economista e docente e em outras atividades profissionais o elemento de conexão com o perfil do egresso habilitando a professora a ministrar o componente **Economia Geral e da Amazônia.**
5. **Fanuel Santos de Souza -** Doutorando em andamento em Sociedade e Cultura na Amazônia; **Mestre** em Ciências das Religiões, em linha com o perfil do egresso; Especialista em Metodologia do Ensino Superior; Graduado em Teologia; Graduando em Direito. Experiencia docente de 6 anos e 21 como membro do corpo editorial de revista teológica. A Formação Acadêmica junto com a experiencia docente no curso de teologia dão ao mesmo as habilidades necessárias para ministrar o componente

Metodologia do Estudo e da Pesquisa, Hermenêutica Jurídica e a optativa Introdução ao Cristianismo e à Cosmovisão reformada e Cristianismo, Direito e Justiça.

6. **Felipe Braga de Oliveira** - **Mestre** em Direito; Especialista em Direito Penal e Processo Penal; Especialista em Direito Público; Pós-Graduando em Ciências Criminais; Pós-Graduando em História Social e Contemporânea; Graduado em Direito; Licenciado em História. Possui 4 anos como docente no ensino superior. A formação acadêmica e humanista em direito e história, fortalece as habilidades do professor junto ao perfil do egresso, para ministrar o componente curricular **história do direito.**
7. **Geneci Behling Bett** - Doutoranda em Teologia; **Mestra** em Teologia, que harmonia com o perfil do egresso; Especialista em Linguística Textual; Especialista em Filosofia Clínica; Especialista em Gerontologia Social; Graduada em Letras e Filosofia. Experiencia docente de 31 anos ministrando língua portuguesa e 13 anos como analista previdenciária – AMAZONPREV, este percurso profissional dá a docente as competências e habilidades necessárias para ministrar o componente curricular de **Redação e Linguagem Jurídica.**
8. **Gerfran Carneiro Moreira - Mestre** em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Graduado em Direito. Experiencia de 19 anos como docente e 21 anos como juiz do trabalho. A formação acadêmica junto com a experiencia docente e como juiz do trabalho dão ao docente as habilidades e harmonia com o perfil do egresso como componente necessário para ministrar a disciplina de **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.**
9. **Leland Barroso de Souza -Mestre** em Ciência Jurídico; Especialista em Direito do Estado; Graduação em Direito e Estudos Sociais. Experiencia docente de 16 anos e 27 anos como analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Justiça. A Formação acadêmica, à experiencia docente e profissional fortalecem as habilidades necessárias para que o professor ministre a disciplina de **direito eleitoral.**
10. **Liliane Costa de Oliveira** - Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia; **Mestra** em Sociologia; Graduada em Ciências Sociais e Teologia. Experiência de 6 anos como docente ministrando a disciplina de Metodologia do Estudo e Metodologia do Trabalho Científico e 1 ano como pesquisadora do ITEAM. A formação acadêmica da docente e a sua experiencia no ensino superior habilitam a mesma a ministrar o componente **Sociologia Jurídica.**
11. **Luciano Moura Maciel -** Doutorando em Direitos Humanos e Meio Ambiente; **Mestre** em Direito Ambiental. Graduado em Direito, possui experiencia de 5 anos na docência superior e 9 anos como advogado, sua experiencia e formação lhe dão habilidades necessárias para fazendo uso dos conhecimentos teóricos e da experiencia

profissional como advogado desenvolver a componente **Antropologia Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica e Direito Previdenciário**

12. **Maria José Costa Lima -** Doutoranda em Teologia, em harmonia com o perfil do egresso; **Mestra** em Biologia Urbana; Especialização em Metodologia do Ensino Superior; Graduada em Ciências Teológicas; em Pedagogia e Licenciatura em Estudos Sociais; Graduação em Administração. Experiencia de 6 anos na docência superior e 14 anos na gestão superior. A Formação acadêmica em Teologia e Estudos Sociais e Doutorado em fase de conclusão em teologia, dão a docente habilidades para ministrar o componente optativo de **Cristianismo, Direito e Justiça.**
13. **Nilce Elaine Byron Ramos- Mestre** em Ciências Jurídicas; Especialização em Criminologia; Graduação em Direito e em Psicologia. Experiencia docente de 15 anos e 8 anos como investigadora de polícia. A Formação Acadêmica junto com experiencia no ensino superior e como investigadora de polícia, dão a docente habilidades necessárias para ministrar o componente de **Psicologia Jurídica**
14. **Raimundo Pereira Pontes Filho** - **Doutor** em Sociedade e Cultura na Amazônia; Mestre em Direito Ambiental; Especialista em Ecoturismo; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais e Graduado em Direito. Possui 17 anos de experiencia na docência e 17 anos como delegado de polícia, a relação entre a formação acadêmica e a experiencia profissional dão ao professor as habilidades necessárias para ministrar o componente **Ciência Política, Sociologia Jurídica, Direito à Cidade e Direito Civil III e a optativa de Legospiratariа.**
15. **Roger Luiz Paz de Almeida -Doutor** em Direito; Mestre em Direito; Graduado em Direito, possui 5 anos como docente do ensino superior, 6 anos como delegado de polícia e 11 anos como juiz, a relação entre a formação acadêmica, a experiencia docente e profissional habilita o docente a ministrar o componente **Teoria Geral do Direito e Direito Penal I II,III**
16. **Vítor Hugo Mota de Menezes** -Pós-doutorado em Direito e vulnerabilidade na Itália, o que o harmoniza com o perfil do egresso; **Doutor** em Direito Constitucional; Mestre em Direito Ambiental; Especialista em Direito Público e Privado; Especialista em Direito Público e Administrativo; Graduado em Direito, como 22 anos de experiencia na docência superior e 21 anos como Procurador do Estado do Amazonas, a formação acadêmica, aliada a experiencia docente e profissional fora do magistério dão ao docente que também será o coordenador do curso, as habilidades necessárias para ministrar o componente **história do direito, Filosofia Geral e Jurídica e Direitos Humanos**

2.8 Atuação do colegiado de Curso

A participação dos docentes na gestão da Faculdade Boas Novas ocorre pela presença dos mesmos nos Conselho Superior, Núcleo Docente Estruturante e nos Colegiados de curso.

O Colegiado de Curso é institucionalizado através do Regimento da Faculdade Boas Novas, sendo um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do Curso de Graduação, é constituído pelo Coordenador de Curso que é seu presidente nato, pelos Professores que ministram disciplinas no Curso, bem como por um representante do corpo discente do curso.

Os Colegiados de cursos são responsáveis por:

a) gerenciamento da execução da programação acadêmica do curso;
b) supervisão da elaboração e implantação de programas e planos de ensino, buscando assegurar a articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógica, objetivos, bibliografia, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;
c) realização de avaliação periódica sobre o desempenho do curso; e
d) Implementação ou ajustes de práticas de gestão.

III-INFRAESTRUTURA

.

3.1 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral possibilitam a realização deações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, preparação e correção de atividades avaliativas, além de estudo individual.

São ainda espaços que permitem ao professor utilizar seu próprio computador ou utilizar o da IES, com conexão a internet através de rede sem fio.

Há ainda espaço físico disponível para o atendimento discente e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

A sala da coordenação possibilita a realização das ações acadêmico administrativas do curso. Permitindoo atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. Dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

3.3 Sala coletiva de professores

A sala dos professores possibilita o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e armário com chaves para a guarda de equipamentos e materiais.

3.4 salas de aula

As salas de aula da Faculdade Boas Novas- FBN possuem iluminação e refrigeração adequada, todas possuem Datashow fixo e caixa de som. Passam por manutenção periódica realizada através de equipe da instituição responsável pela manutenção e conservação do patrimônio.

As salas podem ser organizadas a partir de diferentes configurações espaciais favorecendo a utilização de distintas metodologias e situações de ensino-aprendizagem.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES disponibiliza laboratórios de informática com equipamentos, estabilidade e velocidade de acesso à internet, há rede sem fio que atendem as necessidades do curso.

O laboratório de informática possui espaço físico adequado e *hardware* e *software* atualizados que são submetidos à avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)

Todo o acervo físico está tombado e registrado em sistema informatizado em que o estudante pode consultar realizar reserva do título que necessita;

O acervo virtual através do contrato com a empresa Minha Biblioteca, garante o acesso ininterrupto pelos discentes e docentes. Há garantia de acesso físico aos títulos virtuais, bem como ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

A bibliografia básica e complementar foi adquirida a partir solicitação formal do NDE do curso, considerando o número de vagas aprovados e está adequado em relação as unidades curriculares e aos conteúdos previstos no PPC.

No acervo da bibliografia básica e complementar há exemplares e assinaturas de acesso virtual de periódicos especializados que complementam os conteúdos trabalhados nas Unidades Curriculares.

3.6 Laboratórios didáticos

Os laboratórios didáticos ou as salas de aula laboratório atendem as necessidades dos cursos no sentido de que em consonância com o PPC obedecem àspropostas metodológicas definidas para o melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem.

Neste sentido os laboratórios didáticos especializados ou salas laboratórios apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem aquantidade de materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demanda existente e futura edas aulas ministradas.

3.9 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais

As Atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas acontecerão a partir do Laboratório de Conciliação, Mediação e Arbitragem com estrutura, operacionalização e regulamentação própria.

Nesse sentido, a FBN pretende fortalecer o Laboratório e expandir o atendimento à sociedade através dos seus discentes ao estabelecer uma central na sua sede e uma extensão do Laboratório em cada uma das zonas geográficas na cidade de Manaus, quais seja, Norte, Sul, Leste e Oeste. Quanto aos convênios com outros órgãos pretende instalar uma Centro de Mediação e Arbitragem/CMA em convênio com órgãos como o Judiciário, Defensoria Pública e outros órgãos.

O planejamento das atividades desenvolvidas no Laboratório e CMA levará em conta práticas de negociação, mediação e suas modalidades, conciliação, arbitragem e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico. Tanto o Laboratório quanto o CMA serão devidamente regulamentados.

ANEXO 1- Regulamento de Estágio

FACULDADE BOAS NOVAS- FBN CURSO DE DIREITO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO

MANAUS- AM 2018 SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 110
I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS 111
II - DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ..... 111
III - DO COORDENADOR DE ESTÁGIOS DO CURSO DE DIREITO..... 112
IV - DOS PROFESSORES 113
V - DA TRIAGEM 114
VI- DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO..... 114
VII - DOS ESTAGIÁRIOS..... 114
VIII – DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO: ATIVIDADES REAIS E SIMULADAS115
IX - DO ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA COMUNITÁRIA: 116 X-DA AVALIAÇÃO..... 117
XI - DOS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS 118
XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 118

APRESENTAÇÃO

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, fundamental para a formação do estudante em direito, considerando o perfil do egresso previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

A regulamentação do estágio supervisionado no curso de direito está prevista na Resolução do CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito em seu artigo 7º, devendo ser uma produção coletiva do Núcleo Docente Estruturante-NDE do Curso, aprovado por seu colegiado.

Este regulamento apresenta-se, portanto, como uma normativa do curso de direito para orientar os acadêmicos e professores do curso no desenvolvimento da atividade de estágio curricular supervisionado, com a finalidade favorecer a organização dos procedimentos acadêmicos, bem como de garantir o êxito pleno no desenvolvimento das mesmas.

Coordenação do Curso de Direito

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO

I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1°. O presente Regulamento regerá as atividades de Estágio do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas-FBN.

Art. 2°. As atividades do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório serão essencialmente práticas e deverão proporcionar ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas.

Art. 3°. As atividades de estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4°. O estudo da ética profissional e sua prática deve perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio.

II - DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ

Art. 5°. O Núcleo de Prática Jurídica é o órgão encarregado de supervisionar as atividades de Estágio dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas-FBN, sendo composto:

I - Pelo Coordenador do Curso de Direito;

II – Pelo Coordenador de Estágio;

II - Pelos Professores Orientadores de Estágio;

III - Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

III - DO COORDENADOR DE ESTÁGIOS DO CURSO DE DIREITO

Art. 6°. Compete ao Coordenador de Estágio:

I - Coordenar o NPJ;

II - Implementar as decisões do Núcleo Docente Estruturante- NDE do Curso de Direito referentes a Estágio.

III - Assinar as correspondências, certidões e declarações referentes aos estágios;

IV - Aprovar os modelos de formulários utilizados no Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

V - Propor à Coordenação do Curso de Direito, projetos de trabalhos interdisciplinares a serem desenvolvidos conjuntamente com outros cursos da Faculdade Boas Novas;

VI - Dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos alternativos de estágio encaminhados a Coordenação do Curso de Direito pelos professores de estágio;

VII - Encaminhar a Coordenação do Curso de Direito propostas de modificações na pauta de visitas e atividades simuladas constantes dos Planos de Ensino das disciplinas Prática Jurídica real e simulada;

VIII - Encaminhar aos órgãos competentes na Faculdade Boas Novas, na forma da legislação vigente, as propostas de convênios de estágio aprovados pela Coordenação do Curso de Direito;

IX – Ouvida o Núcleo Docente Estruturante- NDE, aprovar a composição de equipes e escalas de horário dos acadêmicos junto ao Escritório, de forma a manter uma distribuição equitativa nos diversos horários de funcionamento do mesmo;

X - Elaborar, semestralmente, escala designando professores para atuar nas audiências dos períodos de férias escolares e no atendimento dos plantões do Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

XII - Apresentar a Coordenação do Curso de Direito, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido no exercício da Coordenadoria de Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

XIII - Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

IV - DOS PROFESSORES

Art. 7º. São professores orientadores aqueles que exercem atividades no NPJ, competindo- lhes principalmente:

I - Orientar, supervisionar e avaliar as visitas e atividades simuladas e reais das equipes de acadêmicos sob sua responsabilidade, atribuindo-lhes a respectiva nota;

II - Efetuar o controle de frequência do acadêmico, sob sua responsabilidade, junto a disciplina cursada junto ao NPJ.

III - Acompanhar a elaboração e corrigir as peças processuais assinando, juntamente com os acadêmicos pertencentes às equipes pelas quais forem responsáveis, as petições encaminhadas ao Poder Judiciário através do Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

IV - Avaliar a participação das equipes de acadêmicos pelas quais for responsável, nas audiências das ações ajuizadas.

V - Apresentar, para análise, propostas de alterações da pauta de visitas e atividades simuladas constantes dos Planos de Ensino das disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, que devem seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

VI - Fiscalizar a aplicação, por parte das equipes, dos critérios constantes do roteiro de atendimento de clientes;

VII - Determinar o arquivamento dos processos findados;

VIII - Exigir das equipes relatórios das audiências realizadas e cópias das sentenças dos processos findados;

IX - Proceder a correição bimestral, examinando todos os registros de atendimento das equipes e o atendimento ao roteiro de atendimento aos clientes;

X - Desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

Parágrafo Único. Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao Estágio Supervisionado, são consideradas atividades

docentes, sendo seu exercício privativo dos membros do corpo docente vinculado a Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas- FBN.

V - DA TRIAGEM

Art. 8º. A Assistente Social do NPJ será responsável pela triagem de pessoas a serem atendidas pelos acadêmicos no Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária.

VI- DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º. As atividades do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas- FBN obedecerão ao estipulado na legislação em vigor sobre estágios e ao previsto neste Regulamento e incluem a prática jurídica, nos seguintes níveis:

I - As atividades simuladas das práticas profissionais dos diversos operadores jurídicos, abrangendo as várias áreas do Direito, desenvolvidas nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado de Prática Jurídica I e II;

II - As atividades reais desenvolvidas junto ao Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado de Prática Jurídica III e IV.

VII - DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 10. São considerados estagiários, para fins do Estágio Curricular Supervisionado, todos os acadêmicos matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado de Prática Jurídica I a IV, sendo que para cursar III e IV, o estagiário deverá estar cursando regularmente a nona e décima fases, respectivamente, competindo-lhes principalmente:

I – Realizar a matrícula para as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado de Prática Jurídica;

II - Realizar as visitas e atividades simuladas e reais orientadas, pertencentes às disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado;

III - Cumprir suas escalas de atendimento junto ao Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária;

IV - Preencher fichas de todos os que forem atendidos no Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária, encaminhando-as à Secretaria de Estágio para cadastramento, na forma do roteiro de atendimento;

V - Entregar periodicamente ao professor orientador de estágio responsável pela equipe, relatório detalhado de todas as atividades realizadas durante o período respectivo;

VI- Redigir as petições de todos os processos nos quais participaram, delas fazendo constar a identificação da respectiva equipe, e assiná-las juntamente com o professor do estágio;

VII - Comparecer aos atos processuais decorrentes dos processos sob sua responsabilidade;

VIII - acompanhar as publicações oficiais, visando manter atualizada a agenda de audiências e demais

atos processuais;

IX - Informar à Secretaria, no máximo um dia após a publicação oficial de todo teor do ato publicado;

X - Cumprir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;

XI - Agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome do Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária da FBN, mantendo sigilo sobre normas, funcionamento e informações obtidas na entidade-campo;

XII - Restaurar os processos sob sua responsabilidade na eventualidade de perda ou extravio;

XIII - Manter cópias de todas as peças processuais produzidas nos processos encaminhados ao Poder Judiciário através do Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária, arquivadas na coordenação de estágio, sendo sua responsabilidade a protocolização das peças processuais;

XIV - Cumprir este Regulamento e as demais determinações legais referentes ao Estágio Curricular Supervisionado.

§ 1°. No exercício de atividades vinculadas direta ou indiretamente ao Pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária, aplicam-se aos

estagiários do Curso de Graduação em Direito as normas do Código de Ética e disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2°. Quando da infringência de qualquer norma do Código referido no parágrafo anterior, seguir-se-ão os procedimentos disciplinares previstos no Regimento Interno da FBN.

VIII – DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO: ATIVIDADES REAIS E SIMULADAS

Art. 11. As Práticas de estágio serão organizadas no currículo como práticas reais e simuladas serão definidas nos planos de ensino das disciplinas de EstágioCurricular

Supervisionado de Prática Jurídica I e II, na forma prevista neste Regulamento e demaislegislações vigentes.

Art. 12. As atividades reais, os estudantes-estagiários serão colocados em contato com processos reais e/ou com clientes com o propósito de antecipar as situações profissionais concretas. A prática real também é feita a partir da imersão em realidades cotidianas das mais variadas carreiras jurídicas.

Art.13. Atividades Prática em Estágio Supervisionado serão intermediadas pelo Núcleo de Prática Jurídica junto à órgãos públicos e privados conveniados com a Faculdade Boas Novas-FBN.

Art. 14. As atividades práticas têm por finalidade permitir aos estudantes-estagiários experimentar o dia a dia das principais carreiras jurídicas, ter contato com profissionais das mais variadas áreas, aumentar o seu networking e, por conseguinte, fazer a diferença no acirrado mercado de trabalho que o espera.

§ 1°. As atividades práticas de estágio deverão acontecer nos diversos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas (judiciárias e não judiciárias), o sistema penitenciário, em todos os seus níveis, bem como a assistência à audiências e sessões reais de tribunais.

§ 2°. Das visitas orientadas deverão ser redigidos relatórios circunstanciados.

§ 3°. As atividades simuladas incluirão as práticas processuais e não processuais referentes às disciplinas constantes do currículo do Curso de Graduação em Direito, bem como as atividades profissionais dos principais operadores jurídicos.

§ 4°. A pauta de atividades simuladas inclui necessariamente a atuação oral, a análise de autos findos, as técnicas de conciliação, mediação, arbitragem e o processo administrativo.

IX - DO ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA COMUNITÁRIA:

Art. 12. O Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária constitui-se de espaço,

criado em parceria estabelecida entre a FBN, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, o município da cidade de Manaus e o Tribunal de Justiça do Amazonas.

Parágrafo Único. Integrando as atividades do Estágio, funcionará em Núcleos de Atendimento Comunitário do qual participarão os estagiários dos cursos de Direito e Psicologia e Teologia.

§ 1°. O trabalho junto ao Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária será desenvolvido obrigatoriamente pelos acadêmicos matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2°. O atendimento no Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária abrangerá, prioritariamente, as áreas cível e criminal, e eventualmente outras áreas que não gerem proveito econômico, destinando-se à população enquadrada no regime de

Assistência Judiciária Gratuita.

Art.13. O Escritório Modelo de Assistência Jurídica Comunitária funcionará durante todo o ano letivo, com horário de atendimento ao público fixado pela Coordenação de Estágio, obedecida a legislação vigente e ouvidos o Núcleo de Prática Jurídica e o Núcleo Docente Estruturante-NDE.

Parágrafo Único. Nos períodos interescolares poderá haver plantão, em horário fixado pela Coordenação de Estágio, com a finalidade de prestar assistência de urgência e acompanhar os processos em andamento.

X- DA AVALIAÇÃO

Art. 14. A avaliação e frequência das atividades do Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvidas nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado de Prática Jurídica I a IV, será realizada de acordo com o Regimento Interno da FBN, cujos critérios deverão ser contemplados no Plano de Ensino.

Art. 15. Considera-se aprovado o acadêmico que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% da carga horária, atendendo as regras gerais de avaliação da FBN.

Art.16. Como primeiro critério de avaliação, deverá ser levado em conta todas as atividades desenvolvidas pelo acadêmico dentre outras, a assiduidade, pontualidade, urbanidade com os professores orientadores, técnicos e usuários, bem como a conduta ética e profissional.

Art. 17. O segundo critério de avaliação será a qualidade técnica dos trabalhos produzidos, fichas de atendimento e peças processuais elaboradas, frequência, relacionamento com usuários e equipe, participação e colaboração, argumentação teórica nas peças processuais, bem como a relevância de suas atividades e o resultado obtido pelo trabalho produzido, conforme o estabelecido no plano de ensino.

Art. 18. O terceiro critério de avaliação compreenderá a entrega de relatório final, o qual deverá ser apresentado pelo acadêmico em data a ser fixada pelo Coordenador de Estágio, observado o calendário acadêmico da FBN para entrega das notas, contendo, minimamente:

I) Capa, sumário, introdução, análise da prática e conclusão;

II) Todos os trabalhos realizados, na seguinte ordem:

a) Atendimentos;

b) Informações adicionais relativas aos processos acompanhados;

c) Petições iniciais;

d) Petições intermediárias;

e) Audiências de instrução e julgamento;

f) Audiências de conciliação;

g) Anexos.

Art. 19. Não obtendo os requisitos constantes do art. 16 deste regulamento, o acadêmico será considerado reprovado no componente curricular de Estágio de Prática Jurídica.

XI - DOS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 20. Para fins de cumprimento das atividades complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FBN, o acadêmico poderá realizar estágios não obrigatórios:

I - Em escritórios de advocacia, órgãos, entidades ou empresas públicas e privadas, desde que credenciado junto a FBN;

II - Através do desenvolvimento de projeto alternativo de estágio, aprovado na forma prevista neste Regulamento, sob a forma de atividades de extensão ou de pesquisa e extensão, com o acompanhamento de um professor responsável,

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Todas as ações e ou atividades relacionadas a Estagio, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, são subordinadas a Coordenação e ao Colegiado do Curso de Direito da FBN, de acordo com prerrogativas próprias de cada um destes órgãos.

Art. 22. Qualquer alteração deste Regulamento, sua interpretação ou implantação de programas para sua melhor execução, somente poderão ocorrer com aprovação do Colegiado do Curso de Direito.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 02- Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

FACULDADE BOAS NOVAS – FBN

COORDENAÇÃO DE DIREITO

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MANAUS-AM 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 121

I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 122

II -DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 123 III – DOS GRUPOS DE ESTUDO E DOS PROFESSORES ORIENTADORES 124 IV -DOS PRÉ-REQUISITOS E DAS VAGAS 126

V -DO PROJETO DE MONOGRAFIA 127

VI –DOS RELATÓRIOS DE ORIENTAÇÃO 128 VII –DA MONOGRAFIA 129

VIII –DA BANCA EXAMINADORA 130

IX –DA DEFESA DA MONOGRAFIA 131

X –DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DA MONOGRAFIA 132 XI -DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 132

APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Boas Novas-FBN consiste na entrega de uma monografia, caracterizada como uma pesquisa individual orientada, em qualquer ramo jurídico, no âmbito do Curso de Graduação em Direito, e se constitui como elemento indispensável para a conclusão do curso.

As disciplinas cursadas, os estágios supervisionados, os projetos de iniciação científica, as atividades complementares e participação nos grupos de pesquisa auxiliam na construção da monografia Jurídica.

A Monografia Jurídica tem por finalidade propiciar um estímulo à produção científica, constituindo em importante instrumento para a vida intelectual do futuro bacharel em Direito.

O valor que a Monografia pode representar ao Direito como ramo do conhecimento e à sociedade que é destinatária dessa pesquisa é inegável. Neste sentido a Faculdade Boas Novas valoriza os bons trabalhos realizados, por meio da disposição no repositório institucional.

Como premissa, cabe aos docentes incentivar uma tradição de pesquisa jurídica na Instituição. O conhecimento teórico dos acadêmicos obtido nas disciplinas, a visão interdisciplinar e a problematização de seu objeto de pesquisa,servirão como norteadores, para o resultado final que será a monografia de conclusão de curso.

Assim, o presente regulamento trata dos critérios pertinentes à monografia e à respectiva banca examinadora.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO BACHARELADO EM DIREITO DA FACULDADE BOAS NOVAS

I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. O presente Regulamento tem por finalidadenormatizaras atividadesrelacionadas com o Trabalho de Conclusão doCurso de Graduação em Direito da Faculdade Boas Novas-FBN,podendo também aplicar-se, caso necessário aos Cursos de Pós-Graduação da área jurídica.

Art. 2º. OTrabalho de Conclusão de Curso consiste naapresentação de umamonografia a ser realizada por meio de uma pesquisa individual orientada em áreado conhecimento jurídico.

§ 1º. A pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso -TCC deve estar alinhada com as áreas de concentração definidas pelo curso de direito da Faculdade Boas Novas-FBN

§ 2º.O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em 4 fases, distribuídas em duas disciplinas, a primeira voltada para a elaboração de Projeto de Monografia (Metodologia do Estudo da Pesquisa em Direito) e a segunda destinada à redação da Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Direito).

§ 3º.Cada uma das disciplinas referidas no §2º está previstana matriz curricular com carga horária de 40(quarenta) e 80 (oitenta) horas respectivamente.

Art. 3º. Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos estudantes do Curso de Graduação emDireito a ocasião

de demonstrar:

I –O grau de habilitação adquirido; II –O aprofundamento temático;

III – O estímulo à produção científica;

IV – A consulta de bibliografia especializada;

V – O aprimoramento da capacidade de interpretação,argumentação e crítica do Direito.

II -DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 4º. O Coordenador de TCC será escolhido entre os membros do NDE do Curso de Direito. Art. 5º.Ao Coordenador de TCCcompete:

I – Aprovar e divulgar em editais a composição de BancasExaminadoras, bem comodata e horário das Sessões Públicas de Defesa dos Trabalhos Monográficos;

II – Deliberar em grau de recurso as impugnações a decisões da Banca Examinadora;

III –instaurar, juntamente com o NDE do curso,Comissão deProcesso AdministrativoDisciplinar nas seguintes hipóteses:

a) Plágio e contrafação;

b) Descumprimento do presente Regulamento;

IV –Elaborar, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao Projeto (Metodologia da Pesquisa em Direito) e Monografia(Trabalho de Conclusão do Curso), dentre as quais o cronograma das bancas examinadoras desta última;

V –receber atas de encontro dos Grupos de Estudo (Metodologia da Pesquisa em Direito) e as fichas de orientação dos estudantes (Trabalho de Conclusão do Curso) e designar o Grupo de Estudo e o professor orientador para os estudantes matriculados na disciplina de Projeto (Metodologia da Pesquisa em Direito), bem como o professor orientador para os estudantes matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), mantendo, preferencialmente, o estudante vinculado ao mesmo Grupo de Estudos nas duas disciplinas;

VI –proporcionar, com a ajuda dos professores da disciplina de Metodologia da Pesquisa, orientação básica aos estudantes em fase de iniciação do projeto da Monografia de Conclusão do Curso;

VII –convocar, sempre que necessário, reuniões com osprofessores orientadores e estudantes matriculados nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Direito(Projeto) e Trabalho Conclusão de Curso (TCC);

VIII –manter arquivadas, durante o semestre, asatas deencontro dos Grupos de Estudos (Metodologia da Pesquisa em Direito) eas fichas de orientação (TCC) emdesenvolvimento, entregando, ao final, a Coordenação do Curso, juntamente com as fichas de avaliação assinadas pelos professores- orientadores;

IX –Manter arquivadas, durante o semestre, as fichas de orientação das Monografias(TCC)emdesenvolvimento, entregando, ao final, a coordenação do curso que providenciará o arquivamento, juntamente com as fichas de avaliação dos professores avaliadores e as atas das bancas examinadoras;

X – Informar o estudante sobre o procedimento de encaminhamento ao repositório Faculdade Boas Novas-FBN da versão final das Monografias aprovadas com nota igual ou superior a 9,0.

XI – Analisar, em grau de recurso, as decisões dosprofessores orientadores dos Grupos de Estudos (Metodologia da Pesquisa em Direito) e dosprofessores orientadores(TCC), bem como das Bancas Examinadoras, nos termos deste Regulamento;

XII – Tomar, no âmbito de sua competência, as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento do presente Regulamento.

III –DOS GRUPOS DE ESTUDO E DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 6º. O Projeto e aMonografia de Conclusão sãodesenvolvidossob a orientação de professores da Faculdade Boas Novas vinculados a Grupos de Estudo do Curso de Direito.

§ 1º. Os Grupos de Estudo serão definidos previamente por área e terão autonomia na definição das temáticas e linhas de pesquisa a serem desenvolvidas nos Projetos (Metodologia da Pesquisa em Direito) e naMonografia (Trabalho de Conclusão de Curso) desde que compatíveis com as áreas de concentração e linhas de pesquisa institucionais.

§ 2º.A designação dos professores orientadores que comporão os Grupos de Estudo caberá ao NDE do Curso de Direito ouvida àCoordenação de TCC.

§ 3º.A designação dos estudantes de TCC que comporão cada um dos Grupos de Estudo caberá à Coordenação de TCC atendidos os limites de vagas por grupo previamente definidosem edital a ser publicado pela Coordenação de TCC.

§ 4º.Os Grupos de Estudo deverão reunir-se mensalmente para a orientação de forma coletiva dos estudantes vinculados que estejam desenvolvendo atividades relativas ao Projeto(Metodologia da Pesquisa em Direito), bem como para recebimento das entregas parciais das partes integrantes do Projeto segundo o calendário a ser definido e publicado semestralmente pela Coordenação de TCC.

§5º. A participação nos grupos de estudo vinculado a produção da monografia jurídica a partir do 3º semestre é facultativo ao estudante do curso de direito, entretanto recomendado para o processo formativo.

§6º. A participação nos grupos de estudos a partir do 3º semestre não incidem em aprovação ou reprovação, sendo certificado a participação dos estudantes com frequência de 75% as atividades propostas que podem ser validadas como atividades complementares.

Art. 7º. Cabe ao estudante entregar a ficha de indicação de orientador dentro do prazoestabelecido no cronograma da disciplina, preenchendo seus dadospessoais e a identificação do Grupo de Estudo e área do direito/tema, área de concentração/linha de pesquisa, se houver.

§ 1º. A orientação tem como critério obrigatório a adequação entre a matéria tratada na Monografia e as áreas de atuação dos Grupos de Estudo do Curso de Direito.

§ 2º. Será permitido, no máximo, 5 (cinco) orientações simultâneas por cada professor orientador, nadisciplina de TCC, número que poderá ser ampliado excepcionalmente desde que autorizado pela Coordenação de TCC.

§3º. Obrigatoriamente o orientador deverá ser professor do quadro efetivo do curso de direito da Faculdade Boas Novas-FBN

§4º. Estudante poderá ter um co-orientador desde que aprovado pelo orientador designado pela Coordenação de TCC da Faculdade Boas Novas.

§5º. A participação como co-orientador de TCC não representa vínculo empregatício ou qualquer tipo ônus para a IES.

§6º. A participação efetivamente comprovada do co-orientador será certificada pelas Coordenações de Direito e de TCC.

Art. 8º.Ao assinar asfichasde indicação, após a indicação feita pelaCoordenaçãodeTCC, os professoresorientadores estarãoaceitando a orientação dosdiscentes.

Art. 9º. A substituição de Grupo de Estudoou de professor orientadoré permitida em casos excepcionais, sendo sua decisão da competência doCoordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 10. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I –Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão deCurso; II –Participar ativamente da condução das reuniões dos Grupos de Estudo;

III –Atender seus estudantes orientandos, contemplando obrigatoriamente, no mínimo, 4(quatro) encontros;

IV –Assinar as fichas de indicação de orientação entregues pelosestudantes à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso;

V –Participar da apresentação formal das Monografias para as quais estiver designado;

VI –Assinar, juntamente com o(s)membro(s)das bancas examinadoras, as fichas de avaliação das monografias e as atas finais das sessões de defesa;

VII –Requerer ao Coordenador de TCC a inclusão das Monografias de Conclusão de Curso de seu(s) orientando(s) na pauta semestral de apresentações formais, indicando expressamente o trabalho para exame da Banca Examinadora;

VIII –Preencher e assinar as atas de encontro dos Grupos de Estudo e os relatóriosde orientação fornecidos pela Coordenação de TCC ao discente, este último entregue ao final do semestre pelo estudante, juntamente com a Monografia;

IX –Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 12. A responsabilidade pela elaboração da Monografia de Conclusão é integralmente do estudante, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividadede orientação, devendo ser comunicada a Coordenação de TCC sobre quaisquer dificuldades no processo de orientação.

Art. 13. A carga horária semanal de orientação por estudante, para fins de cômputo da carga didática do docente, obedecerá às normas específicas em vigor.

Art. 14.O professor orientador tem a prerrogativa de não encaminhar o Trabalho de Conclusão de Curso à Banca Examinadora e/ou desligar-se dos encargos de orientação, mediante comunicação oficial ao Coordenador de TCC,nos seguintes casos:

I -plágio e contrafação;

II -inobservância das normas metodológicas (conteúdo e forma);

III –descumprimento de prazos e orientações estabelecidas pelo orientador; IV -descumprimento do presente Regulamento.

Parágrafo único-Na hipótese do inciso I, incumbe ao professor orientador informar de imediato o Coordenador de TCC para adoção das devidas providências administrativas.

Art. 15. Na hipótese de o professor orientador não indicar a Monografia à Banca Examinadora, o trabalho não será recebido pela Coordenação de TCC, devendo observar o procedimento previsto nos §2º ao 6º do artigo 27 do presente Regulamento.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto em qualquer dos itens deste artigo autoriza oGrupo de Estudos ou oprofessor-orientador a solicitar o desligamento dos encargos de orientação, através de comunicação escrita e motivada ao Coordenador de TCC, ou de não encaminhamento do trabalho à banca.

IV -DOS PRÉ-REQUISITOS E DAS VAGAS

Art. 18. Para se matricular nadisciplina atinente à Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante do Curso de Graduação em Direito, quando lhe for oferecida a matrícula na mesma, deve ter cursado previamente a disciplina “Metodologia da Pesquisa em Direito”

Parágrafo único. As disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Direito e Trabalho de Conclusão do Curso não podem ser cursadas ao mesmo tempo.

V -DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 19. O estudante deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com esteRegulamento e com as recomendações doorientador e doGrupo de Estudos a que está vinculado, durante a disciplina de Metodologia da Pesquisa em Direito.

§ 1º. Voltada à elaboração do projeto de monografia, contemplará oficinaspresenciais e sessões de estudos com uso de TIC´s organizadas pelo professorindicado, que ministrará aulas e auxiliará oestudante nas questões formais da estrutura do projeto e da própria Monografia.

§ 2º. Além do comparecimento às aulas presenciais descritas no parágrafo anterior, o estudante deverá vincular-se aum Grupo de Estudos bem como as reuniões propostas durante o semestre;

§ 3º. Realizar as atividades propostas no ambiente virtual.

§ 4º. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas metodológicas adotadas por esta Instituição.

§ 4º. Na falta de Manual de Redação Institucional ou nas omissões deste, deverão ser utilizadas as regras da ABNT vigente.

Art. 20. A estrutura do projeto de Monografia compõe-se de: I –Capa;

II –Sumário do projeto;

III –Dados de identificação; IV –Tema;

V –Delimitação do tema;

VI –Formulação do problema; VII – Questões Norteadoras; VIII justificativa;

IX –Objetivos (geral e específicos);

X –Embasamento teórico com no mínimo 15 páginas; XI –metodologia;

XII –Resumo da monografia (provisório); XIII –cronograma;

XIV –referências com utilização de, no mínimo 15 obras, excluindo-se a legislação e a jurisprudência.

Art. 21. O Projeto desenvolvido na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Direito deverá ser entregue, na data e horário aprazados pelo professor da disciplina, em duas vias impressas, juntamente com a comprovação da sua presença nas reuniões do Grupo de Estudos (atas dos encontros) ao qual o estudante encontra-se vinculado.

§ 1º. A avaliação do Projeto competirá

ao professor orientador pertencente ao Grupo de Estudos, com atribuição deum grau, e ao professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Direito, com atribuição de um segundo grau, com pesos iguais.

Deverá o estudante, ainda, na mesma data, postar cópia do projeto em versão .doc, .docx,ou .pdf no ambiente virtual de aprendizagem da disciplina.

§ 2º. O professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Direito lançará a nota diretamente no portal.

§ 3º. A Coordenação de TCC enviará a ficha de avaliação aos professores orientadores do Grupo de Estudos que terão o prazo de 5 (cinco) dias para devolvê-la, não havendo necessidade de entrega da via impressa do trabalho, que poderá ser devolvida diretamente ao estudante ou arquivada pelos professores do Grupo de Estudos se for de seu interesse, salvo na hipótese de reprovação.

§ 4º. Na hipótese de reprovação do Projeto, o estudante poderá recorrer, a partir da publicação da avaliação, seguindo o mesmo procedimento adotado pela Faculdade Boas Novas para os recursos das demais avaliações, requerendo, para tanto, cópia da ficha de avaliação.

§ 5º. As notas finais serão lançadas pelo professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Direito Ino Portal Acadêmico e as fichas de avaliação e atas de encontro dos Grupos de Estudos serão encaminhadas a Coordenação de TCC.

Art. 22. A opção por mudança de tema implicará em apresentação de novo Projeto de Pesquisa.

Parágrafo único.Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto ou alteração da temática referente ao Grupo de Estudos ao qual o estudante encontra-se vinculado, são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização expressa do professor orientador vinculado ao Grupo.

VI –DOS RELATÓRIOS DE ORIENTAÇÃO

Art. 23. O relatório de orientação deverá ser elaborado e mantido com o discente, que nele deverá registrar todos os encontros e orientações realizadas pelo professor orientador, tomando a assinatura deste no documento para, ao final, entregá-lo à Coordenação de TCC.

VII –DA MONOGRAFIA

Art. 24. A Monografia, expressão formal do Trabalho de Conclusão de Curso, deverá ser elaborada ao longo da disciplina de TCC, considerando-se:

I –Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas exigências metodológicas adotadas por esta Instituição e, supletivamente, naquelas estabelecidas pela ABNT;

II –No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 3° deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Direito, preferencialmente, aqueles identificados pelas disciplinas ofertadas no currículo;

III –O corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão), deverá possuir no mínimo 40 (quarenta) e, no máximo, 60(sessenta) laudas;

Parágrafo único. As monografias que extrapolem o limite máximo estabelecido no inciso III deste artigo deverãoser justificadas pelo professor orientador, para que sejam levadas à exame pela Banca Examinadora.

Art. 25. A estrutura da Monografia de Conclusão compõe-se de: I -capa;

II -folha de rosto contendo nome da Instituição, nome do autor, título do trabalho e mêse ano de apresentação;

III –termo de aprovação; IV -sumário;

V –Listas (elemento condicionado à necessidade); VI –resumo (com palavras-chave);

VII –resumo em língua estrangeira (com palavras-chave); VIII -introdução;

XI -desenvolvimento; X –Conclusão;

XI –apêndice (elemento condicionado à necessidade); XII –Glossário (elemento condicionado à necessidade);

XIII –referências com utilização de, no mínimo 20obras, excluindo-se a legislação e a jurisprudência; XIV – capa final (terceira e quarta capas).

Art. 26. O discente deverá depositar 3(três) vias impressas da Monografia, que serão encaminhadas àBanca examinadora com vistas à apresentação formal atendendo aos seguintes requisitos:

I –Estar encadernadas;

II –Os elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) devem possuir no mínimo 40 (quarenta) páginas de texto escrito;

III –conter encaminhamento à banca examinadora pelo orientador, que pode ser aposto na capa do Trabalho ou em termo que integre o seu conteúdo;

IV –Estar acompanhadas do relatório de orientação devidamente assinado pelo professor.

§1º. Deverá o estudante, ainda, na mesma data, postar cópia da Monografia em versão .doc, docx, ou pdf no ambiente virtual de aprendizagem da disciplina.

§ 2º.Na hipótese de o discente desejar entregar a Monografia, mesmo sem o encaminhamento pelo orientador, deverá depositá-la na mesma data e horário, perante à Coordenação de TCC, mediante a assinatura de um termo de ciência da não indicação, sujeitando - se a procedimento que será imediatamente instaurado.

§3º. O Coordenador de TCC, mediante o depósito da Monografia e da assinatura do termo de ciência pelo discente, abrirá prazo de 5 (cinco) dias para que o orientador indique as razões da não indicação do trabalho à banca examinadora, no qual poderá reconsiderar sua decisão.

§ 4º. O parecer fundamentado do professor orientador será encaminhado ao discente que terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar as razões recursais que fundamentam o seu pedido de depósito da Monografia, cabendo à Coordenação de TCC o exame do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 5º. Dependendo do mérito recursal, poderá a Coordenação de TCC designar outros professores, no máximo de 2 (dois), para auxiliar materialmente na decisão, que será, ao final, da alçada do Coordenador de TCC, aumentado o prazo deresposta, neste caso, para 10 (dez) dias.

§ 6º. Da decisão que não acolher o recurso do discente, não caberá outro recurso.

§ 7º.As normas técnicas de redação, como já referido neste Regulamento, deverão observar o Manual de Redação da Faculdade Boas Novas- FBN e na falta ou omissão deste, deverão ser adotadas as regras da ABNT.

VIII –DA BANCA EXAMINADORA

Art. 27.A Monografia é apresentada formalmente peloestudante a uma banca examinadora designada pelo Coordenador de TCC, ouvido sempre que possível o professor orientador.

Art. 28. O Coordenador de TCC, ausentes os professores designados para a Banca, marcará nova data para a apresentação, em prazo não inferior a 02(dois) dias.

Art. 29. Os professores do Curso de Direito credenciados como orientadores são convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador de TCC.

Parágrafo único. Os demais professores do Curso e os professores convidados de outras Instituições que possuam, no mínimo, o título de mestres e aderência ao tema, poderão ser convidados a integrar

bancas examinadoras, sendo que estes últimos terão certificada sua participação sem contraprestação remuneratóriapor tal atividade.

IX –DA DEFESA DA MONOGRAFIA

Art. 30. As sessões de defesa das monografias serão públicas.

Parágrafo único. Não será permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 31.A Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso deve elaborar e organizar calendário semestral, fixando prazos para a entrega das monografias, designação das bancas examinadoras e a realização das apresentações.

Art. 32. Após o depósito das Monografias, a Coordenação de TCC aprazará as bancas examinadoras e divulgará, em local acessível à comunidade acadêmica, as respectivas composições, os horários e as salas destinadas às suas apresentações.

Art. 33. Aos membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, será garantido o prazo mínimo de 07(sete) dias para procederem a leitura das Monografias.

Art. 34. Na defesa, o estudante terá até 15(quinze) minutos para apresentar seu trabalho; e cada componente da banca examinadora até 10(dez) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 10(dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 35. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa do acadêmico na arguição pela banca examinadora.

§ 1º. Utilizar-se-á para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais em que o professor avaliador põe suas notas para cada item a ser considerado.

§ 2º. A nota final do estudante será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 3º.Para aprovação, oestudante deverá obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 36. O estudante que não entregar a monografia, ou que não comparecer para a sua apresentação formal sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado na disciplina.

Art. 37. Os membros da banca examinadora assinarão também a ata de aprovação em duas vias, uma para a Coordenação de TCC e outra que será entregue ao acadêmico aprovado.

§ 1º. Na hipótese de reprovação em banca, será lavrada ata especial, contendo os fundamentos da decisão colegiada, devendo uma cópia ser entregue ao discente, mediante assinatura da via original.

§2º. A decisão da banca examinadora é soberana, porém, na hipótese de insurgência do acadêmico com o resultado, deverá

seguir o mesmo procedimento padrão para os recursos das demais avaliações, correndo os prazos a partir do dia da realização da banca.

§3º.O resultado do recurso, se provido, não implicará na aprovação imediata do acadêmico, que deverá submeter-se à nova defesa, competindo ao Coordenador de TCC designar-lhe nova banca examinadora.

Art. 38.Havendo reprovação na disciplina de TCC, ficará a critério do estudante continuar ou não com o mesmo tema da monografia e com o mesmo orientador. Para tanto, deverá se matricular novamente na disciplina, devendo cumprir toda a carga horária e atividades prevista para a mesma.

Parágrafo único. Optando por mudança de tema, deverá o estudante reiniciar todo o processo para elaboração da Monografia, desde o Projeto de Pesquisa.

X –DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DA MONOGRAFIA

Art. 39. A versão definitiva da Monografia deverá ser encaminhada Biblioteca na data designada pela Coordenação de TCC, em meio eletrônico.

Parágrafo único. Na entrega da versão definitiva, o acadêmico assinará um termo de responsabilidade pelo conteúdo do trabalho que está entregando.

Art. 40. A entrega da versão definitiva da Monografia é requisito de obtenção do grau final da disciplina.

XI -DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.41. As Monografias aprovadas com nota igual ou superior a 9,0(nove) serão encaminhadas ao repositório da Faculdade Boas Novas, podendo ser utilizada com objetivo didático- pedagógico e científico, ressalvados os direitos autorais.

Art. 42. As situações que não estejam previstas neste Regulamento serão analisadas e decididas conjuntamente

pela Coordenação de TCC e o NDE do Curso de Direito.

Art. 43. Este Regulamento após ato de autorização do curso de Direito pelo Ministério da Educação – MEC será submetido a apreciação e aprovação do Colegiado do Curso e entrará em vigor a partir de sua publicação.

Manaus, agosto de 2018